MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS (IFTO) – CAMPUS PALMAS
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS/HABILITAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA

SAMARA SOUSA SILVA

“RACISMO NAS PALAVRAS”: UM ENCONTRO ENTRE LÍNGUA E HISTÓRIA

PALMAS – TO
2023

SAMARA SOUSA SILVA

“RACISMO NAS PALAVRAS”: UM ENCONTRO ENTRE LÍNGUA E HISTÓRIA

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Instituto Federal do Tocantins- *campus* Palmas, como requisito parcial para aprovação no curso de Licenciatura em Letras – Habilitação em Língua Portuguesa.

Professora orientadora: Profa. Dra. Ana Lourdes Cardoso Dias.

PALMAS – TO
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecas do Instituto Federal do Tocantins

S586“ Silva, Samara Sousa
“Racismo nas palavras” : um encontro entre língua e história / Samara Sousa Silva. – Palmas, TO, 2023.
56 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras - Habilitação em Língua Portuguesa) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, Campus Palmas, Palmas, TO, 2023.

Orientadora: Dra. Ana Lourdes Cardoso Dias

1. léxico. 2. semântica. 3. racismo. I. Dias, Ana Lourdes Cardoso. II. Título.

CDD 400

A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio, deste documento é autorizada para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.
Elaborado pelo sistema de geração automatica de ficha catalográfica do IFTO com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

SAMARA SOUSA SILVA

"RACISMO NAS PALAVRAS": UM ENCONTRO ENTRE LÍNGUA E HISTÓRIA

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Instituto Federal do Tocantins- *campus* Palmas, como requisito parcial para aprovação no curso de Licenciatura em Letras – Habilitação em Língua Portuguesa.

Professora orientadora: Profa. Dra. Ana Lourdes Cardoso Dias.

Aprovado em: 09 / 02 /2023.

Prof. Dra. Ana Lourdes Cardoso Dias
IFTO – CAMPUS PALMAS

Prof. Dra. Mirelle da Silva Freitas
IFTO – CAMPUS PALMAS

Prof. Dra. Verônica Ramalho Nunes
UFT – CAMPUS PALMAS

PALMAS-TO

2023

Aos meus pais, Gildete e Miguel, por todo amor e apoio. Aos meus afilhados, Amanda, Jhean Carlos e Lara Vitória, pela alegria e inspiração diária.

AGRADECIMENTOS

Foi um longo caminho até aqui, mas graças a Deus chegamos ao fim desta caminhada. Muitas pessoas e professores contribuíram para a minha formação na graduação, e é com imensa alegria e gratidão que agradeço a minha família por todo apoio emocional e financeiro. Em especial, às minhas irmãs: Sol, Gil, Cida, Sônia, Selma e Bia; por me incentivar, e confortar o meu coração.

Ainda, agradeço à minha orientadora, a professora Dra. Ana Lourdes Cardoso Dias, pelos seus ensinamentos, por abraçar o meu trabalho, pelo incentivo, além da compreensão em relação as adversidades que foram surgindo no caminho. Muito obrigada, professora, por se preocupar com a minha formação.

Às minhas amigas e colegas de curso, Hillary, Thamyres, Cíntia, Simone e Paloma pela cumplicidade, carinho e incentivo.

Agradeço a banca examinadora, que é composta pelas professoras Mirelle da Silva Freitas e Verônica Ramalho Nunes, grata por se disponibilizarem a ler e a contribuir com meu trabalho.

"*O colonialismo é uma ferida que nunca foi tratada. Uma ferida que dói sempre, por vezes infecta, e outras vezes sangra.*"

Grada Kilomba

RESUMO

Este trabalho analisa as expressões racistas propagadas no léxico brasileiro, por meio de um estudo semântico, histórico e etimológico das expressões/palavras divulgadas pela cartilha da Associação de Magistrado de Pernambuco (AMEPE). Os seus objetivos específicos constituem na descrição dos enunciados, na identificação dos fatores sociais que contribuem para a legitimação da utilização dos termos e uma colaboração para a tomada de consciência numa postura antirracista. Para isso, é apontado os aspectos sócio-históricos e linguísticos que colaboraram para a formação do português brasileiro, em seguida, disserta-se sobre a relação de sentido e significado do signo linguístico, considerando alguns fenômenos semânticos, como a sinonímia. No mais, exibe-se a interseccionalidade entre linguagem, racismo e história. Como procedimentos metodológicos, destaca-se a abordagem qualitativa de cunho bibliográfico, quanto aos objetivos classificam-se com características exploratória e explicativa. Desse modo, o corpus foi analisado conforme as abordagens teóricas de Guiraud (1980), Borba (2003) e Cançado (2012), além de Biderman (2001) e Basílio (1987) entre outros autores que tratam das temáticas do léxico e da semântica. Em relação ao racismo estrutural e os dados históricos, embasam-se na teoria social de Almeida (2019), Ribeiro (2019), Munanga (2003), Schwarcz e Starling (2015). No que diz respeito aos resultados da pesquisa, conclui-se que as expressões/palavras selecionadas pela AMEPE denotam o racismo estrutural, umas com maior valor semântico, ou seja, são notoriamente racistas e outras necessitam de uma reflexão porque a motivação não é percebida pelos falantes.

Palavras-chave: léxico; semântica; raça; racismo; racismo linguístico.

ABSTRACT

This work analyzes the racist expressions propagated in the Brazilian lexicon, through a semantic, historical and etymological study of the expressions/words disseminated by the booklet of the Association of Magistrates of Pernambuco (AMEPE). Its specific objectives are the description of statements, the identification of social factors that contribute to the legitimization of the use of terms and a collaboration for raising awareness of an anti-racist stance. For this, the socio-historical and linguistic aspects that collaborated for the formation of Brazilian Portuguese are pointed out, then the relationship of meaning and meaning of the linguistic sign is discussed, considering some semantic phenomena, such as synonymy. Moreover, the intersectionality between language, racism and history is displayed. As methodological procedures, the qualitative approach of a bibliographic nature stands out, as for the objectives, they are classified with exploratory and explanatory characteristics. Thus, the corpus was analyzed according to the theoretical approaches of Guiraud (1980), Borba (2003) and Cançado (2012), in addition to Biderman (2001) and Basílio (1987) among other authors who deal with the themes of lexicon and semantics . Regarding structural racism and historical data, they are based on the social theory of Almeida (2019), Ribeiro (2019), Munanga (2003), Schwarcz and Starling (2015). With regard to the research results, it is concluded that the expressions/words selected by AMEPE denote structural racism, some with greater semantic value, that is, they are notoriously racist and others need reflection because the motivation is not perceived by the speakers.

Keywords: léxicon; semantics; race; racismo; linguistic racism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Capa da cartilha da AMEPE……..... 33
Figura 2- Análise da palavra *denegrir* …….....35
Figura 3- Análise da expressão *mercado negro*……....37
Figura 4- Análise da palavra *criado-mudo*…… .38
Figura 5- Análise da expressão *a coisa tá preta* …….....40
Figura 6- Análise da expressão *cor de pele* …….....41
Figura 7- Análise da expressão *lista negra*……...43
Figura 8- Análise da expressão *dia de branco* …….....44
Figura 9- Análise da palavra *nhaca* …….....45
Figura 10- Análise da expressão *inveja branca* …….....46
Figura 11- Análise da expressão *cabelo ruim* …….....47

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 10
CAPÍTULO 1. LÉXICO E SEMÂNTICA 12
1.1 A FORMAÇÃO DO LÉXICO BRASILEIRO 12
1.2 SENTIDO/SIGNIFICADO E SIGNIFICAÇÃO 16
CAPÍTULO 2. RACISMO: FRUTO DAS FORMAÇÕES HISTÓRICAS 21
2.1 PERSPECTIVA HISTÓRICA DO RACISMO NO BRASIL 21
2.2 RAÇA E RACISMO ESTRUTURAL 24
2.3 RACISMO LINGUÍSTICO 28
CAPÍTULO 3. METODOLOGIA 32
CAPÍTULO 4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS 35
REFERÊNCIAS 52

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como proposta explicitar as relações entre a linguagem e o racismo estrutural a partir da análise de algumas palavras e expressões propagadas no léxico do português brasileiro, que estão presentes na cartilha “Racismo nas Palavras” confeccionada pela Associação de Magistrados de Pernambuco (AMEPE). Essa cartilha tem como intuito combater o racismo e contribuir para uma postura antirracista, visto que a sociedade brasileira é marcada pelo racismo estrutural manifestado por meio de ações, crenças e sistema político. Entende-se o racismo estrutural como uma atitude preconceituosa e discriminatória contra indivíduos devido a sua origem étnico-racial, perpassando todas as relações sociais, como trabalho, religião, educação e família.

Além disso, é consenso que todas as esferas da atividade humana precisam da língua para se concretizar, que se efetua nas falas, em formas de enunciados orais e escritos e isso indica a complexidade entre as interfaces do fenômeno racista com a linguagem. Para tanto, atém-se, nesta pesquisa, ao racismo que atinge a população negra e as indagações que conduzem este trabalho são as seguintes: as palavras selecionadas pela cartilha expressam de forma consciente o sentimento do racismo cotidiano, dito estrutural, pelos falantes brasileiros? As palavras selecionadas na cartilha denotam, pelo falante brasileiro, preconceitos derivados da condição do povo negro? O uso cotidiano dessas expressões/palavras induz a um tratamento violento ao corpo negro?

A partir de estudos prévios, formula-se a seguinte hipótese: a palavra é espaço de produção e manutenção do racismo, porque, no decorrer da história, a população negra sofre um processo de invisibilidade e indiferença, promovido pelo sistema colonial europeu e afirmado por pseudos teorias científicas racistas. Dessa forma, em situações de comunicação vivenciada pelos falantes brasileiros, no dia a dia, como nas relações sociais e familiares, nas experiências escolar e profissional, é comum o uso de palavras que manifestam o racismo. Entretanto, supõe-se que a população, no geral, não tenha consciência de que as palavras e expressões presentes na cartilha materializam, concretizam e estruturam o discurso social racista.

A pesquisa se justifica, pois se propõe estudar a relação entre linguagem e o racismo estrutural em algumas palavras cristalizadas no léxico brasileiro. Nesse sentido, a pesquisa é importante porque, além de colaborar com os estudos linguísticos, ampliando o conhecimento a respeito da relação entre língua, racismo, sociedade e cultura, colabora também fomentando discussões que possibilitam uma postura antirracista, não só no meio acadêmico, mas em outros

domínios da sociedade.

É relevante lembrar que a discussão sobre o papel da linguagem na manutenção do racismo estrutural ainda é um campo pouco explorado nos estudos linguísticos. Além disso, a motivação para realização desta pesquisa, também é pessoal, uma vez que a autora se posiciona enquanto sujeito que escreve sobre a interseccionalidade entre a linguagem e o racismo, dado a sua experiência como uma pessoa negra, que convive em seu cotidiano com atitudes racistas.

Sendo assim, o objetivo geral da pesquisa é analisar as expressões de cunho racistas contempladas na cartilha, buscando resgatar os sentidos linguísticos e sociais por meio de um estudo semântico, histórico e etimológico. Para isso, tem-se como objetivos específicos: descrever os enunciados que contemplam as palavras racistas; identificar alguns fatores sociais que contribuem para "legitimar" o uso das palavras estudadas nos recortes; e contribuir para uma reflexão e tomada de consciência que se encaminha para uma postura antirracista.

O alinhamento teórico desta pesquisa apoia-se nas abordagens teóricas de autores como Guiraud (1980), Borba (2003) e Cançado (2012), além das abordagens teóricas de Biderman (2001) e Basílio (1987) dentre outros autores que tratam das temáticas sobre o léxico e sobre a semântica. No que diz respeito ao racismo estrutural e os dados históricos, apoiam-se na teoria social de Almeida (2019), Ribeiro (2019), Munanga (2003) e Schwarcz e Starling (2015). Em relação à natureza da pesquisa, optou-se pela abordagem qualitativa de cunho bibliográfico e documental, uma vez que foi feita a análise de um material impresso, disponível para a sociedade, no caso, a cartilha "Racismo nas Palavras".

Por fim, este trabalho está dividido em quatro capítulos. No primeiro capítulo, trata-se da formação do léxico do português brasileiro, considerando suas origens europeias, isto é, greco-latinas e as contribuições das indígenas, das línguas africanas; além de tratar sobre as relações de sentido das palavras. No segundo capítulo, aborda-se o racismo no Brasil com base nas formações históricas, discute-se sobre o conceito de raça, de racismo estrutural e sobre o racismo linguístico. No terceiro, apresenta-se os procedimentos metodológicos que conduziu a pesquisa e no quarto, a análise e discussão dos dados. Por fim, traz-se as considerações finais e a referência desta pesquisa.

CAPÍTULO 1. LÉXICO E SEMÂNTICA

Neste capítulo, aborda-se as características sócio-históricas que abrangem a constituição e formação do léxico do português brasileiro, os aspectos linguísticos e históricos envolvidos na construção do português europeu, visto que a variedade brasileira é herdeira direta da variante europeia, e não seria prudente, nem possível deslocar a história compartilhada do eixo lexical das duas variantes. Além disso, discute-se sobre os efeitos do contato das línguas africanas no desenvolvimento do português do Brasil. Em seguida, no tópico sentido/significado e significação, discorre-se sobre os significados dos signos linguísticos e as relações de sentido das palavras, levando em conta os fenômenos semânticos de sinonímia, antonímia e empréstimo, além de fazer uma breve consideração sobre a etimologia das palavras.

1.1 A FORMAÇÃO DO LÉXICO BRASILEIRO

A língua e a linguagem são a base de todas as esferas das atividades humanas. Nesse prisma, de acordo com Biderman (2001), a língua portuguesa trazida pelos colonizadores para o Brasil, apesar de oficial, não era a língua dominante, existiam as línguas indígenas e as línguas de matrizes africanas faladas no país. Contudo, ela esclarece que o Marquês de Pombal, em 1754, torna obrigatório o uso do português e proíbe as demais línguas. Apesar da opressão das outras línguas, Biderman (2001, p. 965) afirma que a "língua portuguesa assimilou as demais, ficando profundamente marcada por influências indígenas e africanas. Essa influência se manifestou sobretudo na fonética e no vocabulário". Por exemplo, no vocabulário da culinária brasileira nas palavras angu, fubá, de origem africana; tucupi e mocotó de origem indígena.

Nesse sentido, conforme os apontamentos de Silva e Cyranka (2009), o português brasileiro é resultado da diversidade linguística e cultural presente desde a colonização. Antes, não havia uma língua definida como oficial, o português europeu não era a língua mais falada no território, havia as línguas indígenas, africanas, além do latim, em que se baseavam o ensino secundário e superior jesuítico. Esse contato, dessas diversas línguas, evidencia que não houve uma unidade na formação do português brasileiro, tal como também indica Houaiss (1985), a língua portuguesa brasileira é resultado da heterogeneidade linguística, que nasce com a diversidade.

Além disso, Ximenes (2014) expõe que o português brasileiro é formado por um conjunto de palavras ou vocábulos que se dispõe para realizar a comunicação, reflexão, interação e expressar a cultura do seu povo, ou seja, o léxico. Verifica-se que o léxico possibilita

a constituição de um tesouro cultural abstrato que registra o conhecimento de uma determinada comunidade linguística. Nesse ponto, Biderman (2001) nos explica que

> O léxico da língua constitui um tesouro de signos linguísticos que, em forma de código semiótico, registra o conhecimento que a comunidade linguística tem do mundo através das palavras. Mas não é só isso. As palavras dão testemunho da cultura de que fazem parte. Mais ainda: o léxico tem papel fundamental na estrutura e funcionamento da língua porque refere os conceitos linguísticos e extralinguísticos da cultura e da sociedade (BIDERMAN, 2001, p. 969).

Dessa maneira, a identidade cultural e estrutural de uma sociedade se estabelece por meio da língua nos processos sócio-históricos. Por isso, as especificidades culturais e históricas das realidades brasileiras influenciaram e influenciam na construção do seu léxico. Portanto, à medida que se constroem novas realidades, criam-se palavras em um processo incessante.

O português brasileiro, não se originou no Brasil, foi implantado pela colonização portuguesa, a partir de 1500. Porém, a sua formação se volta para o português europeu, uma língua derivada do latim, mais especificamente, da variedade do latim vulgar (ILARI, BASSO, 2014). Segundo os autores, o latim vulgar foi um vernáculo, adquirido de modo espontâneo e inconsciente a partir das relações sociais do dia a dia, no ambiente em que as pessoas estavam inseridas, e era a variedade do latim principalmente falada, coexistindo com o clássico, voltado para a escrita.

É complicado estabelecer datas exatas para o desenvolvimento de uma língua, contudo o português moderno europeu pode julgar-se estabelecido a partir do que está registrado em *Os Lusíadas,* poema épico de Camões, publicado em 1572 (ILARI, BASSO, 2014). No Brasil, no decorrer de 500 anos de história, o cenário linguístico é extremamente complexo, por conta da presença de diversas línguas: as línguas indígenas (desde o princípio), o português dos colonizadores (datado de 1500), as línguas africanas faladas pelos escravizados (a partir de 1532). Em seguida, as línguas europeias e asiáticas dos imigrantes. Nota-se que o estabelecimento do português do Brasil teve como pano de fundo o multilinguismo, que, segundo os autores, é uma situação presente no continente sul-americano desde antes da colonização europeia.

No início da colonização do território brasileiro, muitas línguas gerais foram formadas; a língua geral de base Tupi, em conjunto com outras línguas gerais indígenas; no Nordeste, a língua geral Cariri; na Amazônia, a língua geral de base Tupinambá, que serviram para a intercomunicação entres os portugueses, os africanos, os indígenas e os nascidos no território brasileiro (MATTOS e SILVA, 2004). Essas línguas gerais retardaram a hegemonia do

português no Brasil. Conforme Biderman (2001), aos poucos, por conta das ações dos missionários, principalmente dos jesuítas, as línguas gerais foram substituídas pelo português com o suporte das implementações das escolas e os aldeamentos. A partir de 1754, o português é estabelecido como língua oficial e as línguas gerais são proibidas pelo Marquês de Pombal.

Em 1808, corte portuguesa se estabelece no Rio de Janeiro, instaurando-a como a capital do Reino de Portugal, introduzindo um período diferente na cultura e na língua portuguesa. Nesse período, fundou-se a Imprensa Real, que possibilitou a impressão de jornais e livros no Brasil; além da abertura dos portos ao comércio estrangeiro, gerando o comércio internacional que partia da colônia, estimulando a comunicação com outros povos (BIDERMAN, 2001). Isso modificou o cenário cultural brasileiro e consequentemente o ambiente que envolvia a linguagem.

Com a independência do Brasil em 1822, surgiu a necessidade de uma cultura nacional, decidida a marcar as diferenças entre o Brasil e Portugal. Isso se refletiu no léxico, uma vez que as ideologias nacionalistas direcionaram as pesquisas linguísticas em relação aos elementos autóctones das línguas indígenas e africanas (BONVINI, 2008). E isso estabeleceu muitas discussões acercam das influências das línguas africanas na formação do português brasileiro,

De acordo com Mattos e Silva (2004), as histórias das línguas se passam pela história demográfica dos seus falantes, assim, o português brasileiro foi a língua que emergiu da heterogeneidade linguística presente no país: indígenas, africanos e europeus. Em relação às línguas africanas, segundo Mussa (1991):

> (...) o percentual de falantes *bantu* foi sempre superior, e quase sempre maciçamente, em todo o período do tráfico. Isso nos possibilita entender de forma bastante clara por que são precisamente os itens lexicais de origem *bantu* os que se registram com mais anterioridade, com maior grau de integração morfológica e em maior número de campos semânticos no português do Brasil … a posição relativamente proeminente do grupo *benwe-kwa* (não bantu) nos últimos séculos também implica o grande número de itens lexicais emprestados por essas línguas, embora não integrados e particularmente restritos aos campos semânticos ligados à atividade ritual (MUSSA, 1991, p. 146, *apud* MATTOS e SILVA, 2004, p.18).

Conforme os apontamentos de Mattos e Silva (2004), o bantu é um tronco linguístico que deu origem a diversas línguas africanas. Dessa maneira, acredita-se que tiveram inúmeras circunstâncias sociolinguísticas, através de diferentes graus de contato entre indígenas, africanos e europeus durante a formação do português brasileiro que definiu o Brasil como multilíngue, indicando que, na história do português do Brasil, as línguas africanas foram fundamentais.

Petter (2005, p. 211) revela que a presença das línguas africanas no léxico é uma grande evidência linguística e cultural, sinaliza como traço particular do português brasileiro. A autora relata que essa contribuição chega a 300 termos de acordo com Mendonça e Raimundo (1933) e estendendo a 2.500, segundo Schneider (1991). Segundo ela, estão presentes na língua "termos ou expressões de uso coloquial resultante do contato do português com uma língua africana, ocorrido no continente africano, em Portugal ou no Brasil". Por exemplo, nas palavras originárias das línguas Iorubá: *vatapá, acarajé, agogô;* e do Quimbundo: *banzo, dengue, dengo, minhoca* (ILARI, BASSO, 2014).

Ilari e Basso (2014, p. 134) afirmam que "o léxico do português brasileiro aparece como resultado de um longo processo, no qual muitas palavras antigas se perdem ou só sobrevivem com novas funções e novos valores, ao mesmo tempo que novas palavras vão sendo constantemente criadas". Eles explicam que para compreender esse processo, pode-se diferenciar no léxico do português brasileiro quatro grandes conjuntos de palavras e expressões: as que retomam ao latim vulgar, como consequência de seu desenvolvimento fonético; os empréstimos, adquirido do contato com outras línguas; as palavras eruditas, que foram tiradas diretamente do latim e do grego clássico; e as criações vernáculas, ou seja, são as palavras geradas no interior da língua baseada em palavras que já existem.

Vale ressaltar também os processos de formação do léxico português, sendo a derivação e a composição os mais comuns (BORBA, 2003; BASÍLIO 1987). Desses processos, a derivação é o mais usado para a criação de novos itens lexicais. Na derivação, acrescenta-se um afixo que pode ser um prefixo ou um sufixo, ou ambos, a uma base, por exemplo: Prefixo + base: *des* + *fazer* = *desfazer*; base + sufixo: *formal* + *mente* = *formalmente* (PETTER, 2010).

Para Basílio (1987), a base de uma derivação é uma forma livre, ou seja, uma palavra que tem a capacidade de produzir sozinha um enunciado, como verbos, substantivos, adjetivos e advérbios. Contudo, pode haver derivação de base presa, por exemplo, na palavra *psicológico*, que o sufixo *-ico* forma adjetivo, à base *psicolog-* que é composta e presa, ao mesmo tempo. No que se refere a composição, a autora informa que a composição é um processo de associação de duas bases para produzir uma nova palavra, composta por formas livres, como *guarda + livros = guarda-livros* e formas presas, como *geo + logia = geologia.*

Desse modo, nota-se que a composição é um processo de desenvolvimento de palavras que usa estruturas sintáticas para fins lexicais, isto é, estruturas que geralmente são utilizadas para a formação de enunciados passam a ser usadas na função de denominar e ou caracterizar seres, que é uma função primordial do léxico (BASÍLIO, 1987). Entende-se que "a composição é um processo que vai permitir categorizações cada vez mais particulares" (BASÍLIO, 1987,

p.31). Ao utilizar estruturas sintáticas com finalidades lexicais, possibilita por meio da composição a nomeação ou caracterização de seres pela junção de dois elementos semânticos, de existência independente no léxico, em um único item lexical (BASÍLIO, 1987).

A seguir, aborda-se sobre a semântica, área que estuda as relações de sentido entre os contextos linguísticos e socioculturais que são codificadas no cognitivo dos falantes de uma língua.

1.2 SENTIDO/SIGNIFICADO E SIGNIFICAÇÃO

A semântica estuda o significado das línguas. Cançado (2012) revela que a linguística pressupõe que qualquer falante de uma língua possui diversas formas de conhecimento em sua gramática, ou seja, saberes sobre o seu vocabulário, pronúncia, como construir e entender o significado das palavras e das sentenças. Por isso, a descrição linguística possui inúmeros níveis de análise: o léxico que são os acervos de palavras de uma língua; a fonologia que estuda os sons e a combinação deles para formar palavras; a morfologia que estuda as construções das palavras; a sintaxe que estuda a combinação das palavras em sentença; e a semântica que é o ramo de estudo sobre o significado das palavras e das sentenças (CANÇADO, 2012).

Nessa lógica, a semântica tem como foco o significado das palavras e das sentenças. Borba (2003) pontua que as atividades sociais são geradoras de significações, por isso, a todo momento interpreta-se as diversas situações vividas em sociedade, dessa maneira, de modo abrangente, percebe-se a significação ou sentido como possibilidades de interpretação. Compreende-se ainda que a significação, de acordo com Borba (2003), é difundida pelos signos linguísticos, uma conjuntura organizada, no qual a atividade social os geram e os veiculam aos sistemas de significações que os produzem.

A interação humana é realizada, principalmente, pela língua que é uma fonte geradora de signos, sentidos e significados (BORBA, 2003). Assim, todo conteúdo linguístico tem uma significação independente se é real, imaginário, conhecido ou desconhecido. Então, como boa parte do acervo de palavras, isto é, o léxico de uma língua natural está relacionada às características do mundo físico, por isso é significativo estabelecer uma teoria que explicite a relação entre a língua e a realidade. Como aponta Borba (2003):

> Se por um lado, todo enunciado tem uma significação resultante de um conjunto de fatores ligados ao sistema linguístico, por outro lado, o valor semântico total ou a realização plena da significação depende muito de fatores externos ao próprio sistema: a realidade que a língua “tenta” representar (BORBA, 2003, p. 226).

Desse modo, a semântica precisa-se atentar aos contextos que envolvem a interação e a comunicação. Quer dizer que o sentido também depende de fatores extralinguísticos, então a compreensão final do significado nem sempre é responsabilidade apenas do sistema semântico, às vezes, outros sistemas cognitivos alteram a compreensão. Visto que "(...) a semântica não pode ser estudada somente como a interpretação de um sistema abstrato, mas também tem que ser estudada como um sistema que interage com outros sistemas no processo da comunicação e expressão dos pensamentos humanos" (CANÇADO, 2013, p. 21).

Nessa direção, conforme Guiraud (1980), a significação é um processo de associação de um objeto, uma noção ou um acontecimento a um signo linguístico capaz de evocá-lo. Dessa maneira, o signo linguístico é um estímulo, em que a ação sobre o organismo acarreta a imagem memorial de outro estímulo. Guiraud (1980, p.16) diz que "o signo é um estímulo associado a um outro estímulo do qual ele evoca a imagem mental". Segundo Saussure ([1916] 2006), o signo não faz a união de uma coisa e um nome, mas de um conceito e uma imagem acústica. Portanto, é uma combinação de natureza psíquica, não são as coisas, mas as imagens mentais das coisas e a ideia que se faz delas que estão associadas na mente.

A essência do signo linguístico de comunicação é a convenção, e o seu sentido resulta de um acordo entre os que os empregam, como sintetiza Guiraud (1980). Sabe-se que a comunicação e a interação humana envolvem o sujeito falante (locutor), o interlocutor (um ouvinte) e os signos linguísticos pelo qual eles se comunicam.

Para mais, Guiraud (1980, p. 28) reconhece que grande parte das palavras que são usadas no dia a dia é motivada, e que "toda palavra é sempre motivada em sua origem". Para tanto, o signo linguístico conserva essa motivação, por maior ou menor tempo, até ser conduzida ao arbitrário, quando a motivação é apagada e deixa de ser notada. Assim, a motivação é

> uma força criadora inerente à linguagem social, que é um organismo vivo de origem empírica; somente depois que a palavra é criada e motivada (naturalmente ou intralinguisticamente) é que as exigências da função semântica acarretam um obscurecimento dessa motivação etimológica, que pode aliás, ao se apagar, trazer uma alteração do sentido (GUIRAUD, 1980, p. 33).

Nesse contexto, o léxico de uma língua, como revela Antunes (2012), pode ser considerado o extenso repertório de palavras, como também, um composto de itens disponíveis para a comunicação dos falantes. Já se sabe que a linguagem possibilita a relação com o mundo, e as palavras são essenciais, ou seja, são a matéria-prima para construir as ações de linguagem. Contudo, Antunes (2012) também ressalta que essa relação não ocorre diretamente entre as

palavras e as coisas, e sim entre as categorias cognitivas construídas das coisas ao longo da experiência vivida pelo falante e as palavras que a língua disponibiliza para exteriorizar essas categorias.

Desse modo, o léxico, como afirma Marcuschi (2004), não deve ser considerado a margem da cognição social, já que as palavras dirigem aos saberes construídos na conjuntura social e cultural que o falante participa.

No mais, Antunes (2012) sinaliza o dinamismo conferido ao léxico que está em constante movimento, e se reformula a cada dia, do mesmo modo que as manifestações culturais expressada por ele. Ela ainda adverte sobre o caráter renovador do léxico, visto que surgem novas palavras, além do funcionamento interno das palavras que desaparecem e reaparecem, que mantém os seus significados ou os mudam. Entretanto, Antunes (2012) ressalta que

> Isso não quer dizer que as palavras sejam destituídas de toda e qualquer estabilidade de significado ou que, em cada momento da interação, os sentidos sejam criados inteiramente "a partir de um estado cognitivo zero". Às palavras são associados significados básicos, que constituem, isso mesmo, a base para a derivação de outros significados, próximos, associados, afins (ANTUNES, 2012, p.29).

A língua tem um movimento de transformação que é ininterrupto. Contudo, pressupomos que os falantes no geral pensam numa língua estática, que possui uma coleção de palavras completas e fixas, tendo uma certa dificuldade de aceitar que a mutação linguística é um movimento natural (ANTUNES, 2012).

Assim, se reforça a compreensão de que a ampliação do léxico ocorre por meio de processos simultâneos, num movimento constante: de criação de novas palavras, da inclusão de palavras estrangeiras, além do emprego de sentidos novos a palavras que já existiam. Antunes (2012, p. 33) alega que "esse movimento do léxico de uma língua deriva de outro dinamismo que marca a normalidade da própria vida de todos os grupos sociais". Em razão disso, mesmo que de modo instintivo, os falantes conduzem nas suas interações as diferentes relações de sentido que as palavras reservam entre si. Dentre tais relações, que são pertinentes para este trabalho, destacam-se a sinonímia, a antonímia e os empréstimos.

As palavras estabelecem na estrutura do sistema lexical diversas relações, como a de sinonímia e antonímia. Nessa lógica, Lopes e Pietroforte (2005) advertem que a sinonímia se constitui quando dois termos ou mais são chamados de sinônimos, possibilitando que um substitua o outro num determinado contexto. Tal como, "novo" é sinônimo de "jovem", pois, no contexto *homem novo* pode-se substituir por "jovem". Contudo, não há sinônimos perfeitos, porque não são cambiáveis em todos os contextos.

Posto isso, de acordo com Antunes (2012, p.35), a sinonímia é uma "relação de equivalência (ou de quase equivalência) de sentido entre duas ou mais palavras". Nessa perspectiva, ele também reafirma que não existem sinônimos perfeitos, visto que na relação de interação, nos diferentes contextos, minúsculas alterações de sentido podem ocorrer. Na sinonímia, é possível averiguar a instabilidade do léxico por conta da ação dos sujeitos no uso da linguagem, os sentidos dos signos vão alterando para campos afins e vão ganhando significações novas (ANTUNES, 2012).

A antonímia é o contrário da sinonímia, são os significados contrários por meio do léxico, como *bonito* vs. *feio*. Do mesmo modo, que não há semelhanças perfeitas de sentido entre os sinônimos, não existe oposição total entre os antônimos. Signos opostos podem ter o mesmo antônimo, mas precisam ter pelo menos um sentido em comum: "fresco" e "jovem" têm relação de antonímia com "velho", pois "fresco", no contexto que se refere a alimentos, significa "que acabou de ser preparado, novo", por exemplo, as expressões *pão fresco* e *pão velho* (LOPES; PIETROFORTE, 2005).

> Uma só e mesma palavra pode ter tantos antônimos quantos forem seus significados: "preto" opõe-se a "colorido" em TV em branco e preto, a "mais claro em seu gênero" em pão preto, a limpo em tinha as unhas pretas, etc.; "negro" opõe-se a "destinado ao bem" em magia negra, a "legal" em mercado negro, etc (LOPES; PIETROFORTE, 2005, p. 129).

A língua dispõe de vários meios para a criação semântica, e o empréstimo é um deles. À vista disso, os empréstimos são palavras vindas de línguas estrangeiras, normalmente com coisas que elas designam; são fonte de valores estilísticos quando persiste a associação ao país de origem, que continuam evocando (GUIRAUD, 1980). Viu-se que ao longo da história, a língua portuguesa sofreu influências de inúmeras línguas e que o "enriquecimento do vocabulário através de empréstimos é atestado desde as épocas mais antigas", o latim vulgar, por exemplo, incorporou palavras de outras línguas, como do grego *parabolé* que originou *palavra* (ILARI; BASSO, 2014, p. 138).

No patrimônio lexical do português brasileiro, diversas línguas estrangeiras desempenharam influências, principalmente, o francês, o italiano e o alemão, além, das línguas africanas e das línguas indígenas brasileiras. Nos dias atuais, o inglês é a língua que exerce maior influência sobre o português do Brasil, resultando no acréscimo de vários empréstimos dessa língua, processo chamado de "anglicismos" (ILARI, 2010). Além disso, o autor explica que

> As formas derivadas de línguas estrangeiras são reconhecidas por algum tempo como tais. Paulatinamente, as formas estrangeiras adotam pronúncia e grafia mais "vernáculas", e começam a dar origem a novas palavras e expressões com feições também vernáculas. Nesse ponto do processo, já é quase impossível distingui-las das formas que foram criadas dentro da própria língua (ILARI, 2010, p. 75).

Nesse sentido, nota-se que a primeira orientação das palavras recebidas de outra língua, é tida no primeiro momento, como uma palavra estrangeira, pois a escrita e o som são diferentes, e estão de acordo com a língua de origem. Contudo, no decorrer do tempo há uma adaptação da pronúncia e da grafia, como no exemplo a seguir de uma palavra da língua inglesa: *whiskey* > *wiski* > *uísque* (ILARI, 2010). Para mais, Ilari (2010) diz que os empréstimos de palavras são mais aceitos quando estão relacionados aos objetos, às técnicas ou aos modos de vida "novos", num processo de assimilação linguístico e cultural.

Ademais, é necessário falar sobre a etimologia das palavras que, conforme Ilari (2010), existem dois usos para a palavra etimologia, a científica e a popular. A etimologia popular não é científica, é uma prática em que as pessoas modificam as palavras com o propósito de fazer aparecer elementos que expliquem a sua significação. É uma pseudoetimológica (FLORES, 2022). Já a etimologia científica é o estudo histórico de investigação da origem das palavras, evidenciando, normalmente, que existe uma continuidade entre a forma e o sentido que as palavras têm nos dias atuais, e a forma e o sentido que elas continham em fases mais antigas da língua (ILARI, 2010).

De acordo com Piel (1976), a etimologia não se contenta em indicar a forma atual de uma palavra com a sua forma primitiva subjacente, contudo busca reconstruir a sua história externa, fonética, e interna, semântica, por meio dos séculos.

Nessa perspectiva, Viaro (2011) afirma que a pesquisa etimológica precisa passar por diversas etapas rigorosas, numa edição crítica, e que mesmo passando por isso, as soluções de étimo são múltiplas e sujeitas a revisão. Assim, cabe a outros pesquisadores, confirmar ou rejeitar as hipóteses, mas com a divulgação de novas dados e argumentos bem fundamentados; não é possível provar uma etimologia apenas por meio da semelhança formal entre o étimo proposto e as palavras investigadas (VIARO, 2011). Considerando duas línguas, caso um elemento de seu vocabulário seja parecido ou idêntico com o do outro, no significante e no significado, isso pode ocorrer basicamente por conta de três fatores distintivos: coincidência, empréstimos ou origem comum (VIARO, 2011).

No capítulo a seguir, discorre-se sobre o contexto do racismo no Brasil, considerando as suas características históricas e o seu vínculo com a linguagem.

CAPÍTULO 2. RACISMO: FRUTO DAS FORMAÇÕES HISTÓRICAS

Nesta seção, discute-se sobre a interseccionalidade entre história, racismo e língua. Primeiro, é feito o apontamento histórico do racismo que parte da colonização portuguesa, em seguida, explica-se o conceito de raça que é fundamental para se falar de racismo estrutural. Por último, discorre-se sobre o racismo linguístico, por meio de uma reflexão das relações entre a língua e a racialidade.

2.1 PERSPECTIVA HISTÓRICA DO RACISMO NO BRASIL

Para falar de racismo no Brasil é, preciso debater o estrutural, por meio da perspectiva histórica, estabelecendo a relação entre escravidão e racismo. Para assim, refletir como um sistema beneficia desde o período da colonização a população branca, ao ponto que a negra é tratada como mercadoria, sem acesso a direitos básicos e a distribuição de riquezas (RIBEIRO, 2019).

Assim, o contexto da escravidão no Brasil começou por volta de 1530 pelo processo de colonização portuguesa. Segundo as historiadoras Schwarcz e Starling (2015), durante esse período, os primeiros escravizados foram os indígenas para trabalharem na extração do pau-brasil e, posteriormente, nos engenhos de cana-de-açúcar. Entretanto, o povo indígena não aceitava realizar o trabalho forçado, reagia com revoltas e fugas.

As autoras explicam que outro ponto que tornou a escravização indígena conturbada e problemática na visão do colonizador foi o posicionamento contrário dos jesuítas. Elas também destacam que nas primeiras décadas de colonização, desenvolvia-se a conjuntura da sociedade escravista brasileira, nessa época, a escravidão indígena e africana esteve presente de modo articulado em várias partes do país. Diante disso, Schwarcz (2018) argumenta que:

> (...) na montagem dessa sociedade escravista, coexistiram o trabalho compulsório de indígenas, africanos e dos filhos destes. Com o desenvolvimento da cana-de-açúcar (...) se enraizaram padrões escravocratas. Primeiro indígenas e africanos trabalharam juntos. Com o tempo, porém, e com os altos ganhos que o tráfico de almas conferia, a escravidão africana prevaleceu (SCHWARCZ, 2018, p. 252).

A escravidão mercantil africana é um sistema cruel, que tratou a população negra como mercadoria, um processo de desumanização que pressupõem a posse de uma pessoa por outra (SCHWARCZ, 2018). Isso reflete marcas profundas na sociedade. Alencastro (2018) esclarece que, aproximadamente, em 1550, os africanos começaram a chegar ao Brasil por meio do tráfico

negreiro para serem escravizados. O historiador ainda afirma que o tráfico negreiro decorreu num período de mais de 300 anos e que, durante esse processo, cerca de 4,8 milhões de africanos foram traficados para a colônia.

Já segundo Schwarcz e Starling (2015, p.82), "foram transportados para as Américas de 8 milhões a 11 milhões de africanos durante todo o período do tráfico negreiro; desse total, 4,9 milhões tiveram como destino final o Brasil"; nota-se que, apesar da diferença numérica, há uma proximidade entre os números citados por ambos os historiadores. Em relação a configuração do trabalho escravo, as autoras dizem que estava centrado principalmente na economia açucareira, e a jornada poderia ser estendida por até 20 horas diária. Após a labuta, os escravizados ficavam reunidos na senzala, monitorados para que não fugissem, tinham uma alimentação muito pobre e insuficiente. Assim como os indígenas, eles também não toleravam o sistema escravocrata e resistiram com fugas e revoltas.

Em meio a esse cenário, é importante ressaltar que o colonialismo europeu estabeleceu um sistema ideológico de raça para legitimar e fundamentar a escravatura africana, alicerçando-se no determinismo biológico (SCHWARCZ, 2018; ALMEIDA, 2019). Souza (1983, p. 19) afirma que "a sociedade escravista, ao transformar o africano em escravo, definiu o negro como raça, demarcou o seu lugar, a maneira de tratar e ser tratado, os padrões de interação com o branco e instituiu o paralelismo entre cor negra e posição social inferior".

Consoante a isso, a "ciência racista" de Linnaeus (1767 *apud* CABECINHAS, 2010) baseada em critérios de natureza fenotípica, inicia a taxonomia e classifica a humanidade a partir de quatro raças: africanos, americanos, asiáticos e europeus, cada uma caracterizada com alguns atributos específicos. O autor descreve os africanos como negros, lentos de raciocínio, descontraídos e negligentes; os nativos americanos como vermelhos, ávidos e combativos; os asiáticos como amarelos, inflexíveis, severos e avarentos; e os europeus como branco, belos, amáveis, inteligentes e inventivos.

Por esse ângulo, Munanga (2003) revela que, como qualquer conceito, o de raça tem o seu campo semântico em uma dimensão temporal. No latim medieval, o conceito de raça designava a descendência, isto é, um grupo de pessoas, uma linhagem que têm um ancestral comum com *ipso facto,* quer dizer que possuem algumas características físicas semelhantes, comuns. Em 1684, François Bernier utilizou o termo raça no sentido moderno da palavra, classificado a diversidade humana em grupos fisicamente contrastantes, denominando raças (MUNANGA, 2003).

Apesar de estudiosos do campo da genética humana, da biologia molecular e da bioquímica apontarem que a raça não é uma realidade biológica, é somente um conceito, na

verdade, cientificamente inútil para explicar a diversidade humana e dividi-la em raças estanques. Isso significa, que biologicamente e cientificamente, as raças são inexistentes (MUNANGA, 2003). Mesmo com a inoperacionalidade científica de raça, justifica-se o uso do conceito como realidade social e política, levando em conta a raça como uma criação sociológica e uma categoria social de exclusão e dominação (MUNANGA, 2003).

Em relação a etimologia do termo raça, é de origem italiana *razza*, derivada do latim *ratio*, no qual o significado está relacionado à classificação, à categoria e à espécie; no início, entre plantas e animais, depois, entre humanos (MUNANGA, 2003; ALMEIDA, 2019; FERREIRA, 2010).

Ademais, segundo Ribeiro (2019), enquanto país, o Brasil teve mais tempo de escravidão do que não escravidão. Além de ser o último país do continente americano a abolir a escravatura, em 13 de maio de 1888, por meio da Lei Áurea assinada pela princesa Isabel. É necessário destacar, como aponta Ribeiro (2019), que no Império a população negra escravizada não tinha direito básicos como acesso à educação, apesar da Constituição do Império de 1824 garantir o direito à educação aos cidadãos, contudo, os escravizados não possuíam o benefício.

Ribeiro (2019, p. 9-10) explica que a "cidadania se estendia a portugueses e aos nascidos em solo brasileiro, inclusive a negros libertos. Mas esses direitos estavam condicionados a posses e rendimentos, justamente para dificultar aos libertos o acesso à educação". Além disso, quanto às moradias, a Lei de Terras de 1850, elimina a apropriação de terras que eram baseadas na ocupação e dá ao Estado o direito de distribuí-las por meio da venda. Por isso, os ex-escravizados viviam em grandes limitações, pois só quem dispunha de poder aquisitivo poderia comprar terras (RIBEIRO, 2019).

No que diz respeito a desestabilização do sistema de produção escravocrata, como salienta Schwarcz (2018), o povo negro escravizado teve o papel primordial, com vigor, promoveram fugas em massa, organizaram revoltas e formaram quilombos. A abolição possibilitou a formação de uma nova conjuntura social, pela incorporação dos ex-escravizados, agora, como cidadãos participantes do processo político social e econômico. Para celebrar essa transformação de alcance social, atualmente, tem-se a data 20 de novembro como o dia da consciência negra. Essa data é dada como o dia da morte de Zumbi, líder do Quilombo dos Palmares, considerado um dos mais importantes quilombos da história, visto que foi o que perdurou por mais tempo na América portuguesa (SCHWARCZ; STARLING 2018).

Como informa Schwarcz (2018), com a derrubada do sistema escravocrata, no Brasil, as teorias raciais ficaram em voga, passando a regulamentar acerca da compreensão da população africana. Em um momento, o abolicionismo, de forma gradual, garantia a fantasia

da liberdade, o tema da igualdade novamente estava em questão. Isso não mais por conta do sistema escravocrata, mas, em nome da ciência e da biologia, que estabelecem de maneira categórica que os homens não nasciam iguais.

Diante do exposto, a incorporação dá-se somente no plano formal, inclusive a Constituição Federal de 1988 veda quaisquer discriminações (SCHWARCZ, 2018). Contudo, no plano das relações sociais formais e informais, o racismo tem várias formas de expressão das quais a linguagem é uma delas (RIBEIRO, 2019). Com o fim do regime escravocrata, os negros continuaram à margem da sociedade, sofrendo com o preconceito, discriminação e falta de oportunidades educacionais, de ascensão social e econômica (SCHWARCZ, 2018).

Tal condicionante dos dias atuais deve-se ao fato de que o sistema político do período abolicionista, o Império, não elaborou nenhum projeto de inclusão social e nem de reparação pós-abolição; a Primeira República prometia inclusão social, mas entregou muita exclusão. À vista disso, Lima Barreto, contemporâneo do momento, diz em seu diário que "a capacidade mental dos negros é discutida a priori e a dos brancos, a posteriori" (SCHWARCZ, 2018, p 409). Problemas como esses, infelizmente, ainda se manifestam na realidade brasileira por meio do racismo estrutural, tema que será discutido no tópico a seguir.

2.2 RAÇA E RACISMO ESTRUTURAL

Almeida (2019) declara que raça na história não é um termo inerte, o seu sentido está unido às circunstâncias históricas em que é empregado, é um conceito relacional e histórico. Nesse sentido, as histórias das raças são a história da fundamentação política e econômica das sociedades contemporâneas, desse modo as conjunturas históricas do século XVI proporcionaram um sentido específico à concepção de raça. Com isso, a economia mercantilista e a expansão marítima elaboraram a base material para a cultura renascentista refletir sobre a unidade e a multiplicidade da existência humana, que mais tarde transformou o europeu no homem universal (ALMEIDA, 2019).

Por isso, Munanga (2003) considera que o problema não está na classificação e nem na inoperância científica do conceito raça, se os naturalistas dos séculos XVIII-XIX apenas classificassem grupos humanos em razão das características físicas, certamente não teriam causado tantos problemas a humanidade, suas classificações seriam mantidas ou rejeitadas como ocorre com o conhecimento científico. Entretanto, lamentavelmente, desde que iniciaram, os naturalistas se deram o direito de hierarquizar, ou seja, designou uma escala de valores das chamadas raças, numa relação peculiar entre o biológico, cor da pele, traços morfológicos, e as

qualidades psicológicas, morais, intelectuais e culturais (MUNANGA, 2003).

Diante dessas considerações, a concepção de racismo surge por volta de 1920 (MUNANGA, 2003). Sendo assim, partindo da relação entre "raça" e "racismo", o racismo é uma ideologia essencialista que insiste na divisão da humanidade em grupos denominados de raças, com contrastes, que têm características físicas comuns, que são determinantes para as características psicológicas, morais, intelectuais, e estéticas que se localizam em uma escala de valores desiguais; sempre hierarquizadas numa relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. Conforme o autor, o racista desenvolve a raça no sentido sociológico, isso significa que no imaginário do racista a raça não é só um grupo definido por traços físicos, é um grupo social com características linguísticas, culturais, religiosas etc. considerada por ele naturalmente inferiores em relação ao grupo que ele pertence.

Dessa forma, para falar de racismo, Almeida (2019) reconhece que é importante compreender que por conta da formação histórica, o termo raça, assume dois registros fundamentais que se entrecruzam e complementam: *como características biológicas*, em que a identidade racial é conferida por atributos físicos, por exemplo, a concentração de melanina na pele; *como características étnico-cultural*, no qual a identidade é relacionada a nacionalidade, a religião, a língua ou a outros hábitos, a um certo modo de viver. Enfim, de acordo com Almeida (2019, p. 32) "o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam".

Para o autor, além do racismo, há outras categorias que estão ligadas a ideia de raça: o preconceito e a discriminação. De acordo com o dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, no que diz respeito ao conceito de discriminação é o "1.ato ou efeito de discriminar. 2. tratamento preconceituoso dado a indivíduos de certos grupos sociais, étnicos, etc."; já o vocábulo preconceito é "1. ideia preconcebida. 2. suspeita, intolerância, aversão a outras raças, credos, religiões, etc." (FERREIRA, 2010, p. 605).

Por conseguinte, embora tenha relação entre os conceitos, o racismo distingue-se do preconceito racial e da discriminação racial (ALMEIDA, 2019). O preconceito racial consiste no juízo fundamentado em estereótipos a respeito de indivíduos pertencentes a determinado grupo racializado e pode ou não suceder em ações discriminatórias tal como acreditar que negros são violentos, judeus avarentos ou que os orientais são "naturalmente" aptos para as ciências exatas são exemplos de preconceitos. Enquanto a discriminação racial equivale ao tratamento desigual a integrantes de grupos racialmente identificados (ALMEIDA, 2019).

Logo, a discriminação racial possui como requisito essencial o poder, isto é, “a possibilidade efetiva do uso da força, sem o qual não é possível atribuir vantagens ou desvantagens por conta da raça” (ALMEIDA, 2019, p. 32). Dessa maneira, a discriminação pode ser direta ou indireta. A discriminação direta é o desprezo evidente a indivíduos ou grupos determinado pela condição racial, como a proibição de judeus, negros, muçulmanos de entrarem em determinados países. Já a discriminação indireta ocorre quando as situações específicas de grupos minoritários são ignorados ou sobre o qual são colocadas regras de “neutralidade racial” sem considerar que existem diferenças sociais significativas.

O racismo que se manifesta como discriminação racial é determinado por seu caráter sistêmico. Posto que, não se trata somente de um ato ou de um conjunto de atos discriminatórios, mas de uma norma em que posições de subalternidade e de privilégios repartem grupos raciais, constituído no âmbito da política, da economia e das relações cotidianas (ALMEIDA, 2019).

E ainda, Almeida (2019) acrescenta que o racismo tem diversas definições e apresenta três concepções: individualista, institucional e estrutural. Nesse sentido, o racismo, conforme a concepção individualista é entendida como uma forma de “patologia” ou anormalidade, um fenômeno ético ou psicológico de natureza individual ou coletiva, que compete a grupos isolados; ou, também, o racismo seria uma "irracionalidade” a ser combatida no meio jurídico através da aplicação de penas civis. Essa concepção pode não reconhecer a existência do “racismo”, mas apenas de “preconceito”, ressaltando a natureza psicológica do fenômeno em desfavor de sua natureza política. Por este motivo, “não haveria sociedades ou instituições racistas, mas indivíduos racistas, que agem isoladamente ou em grupo”, alega Almeida (2019, p.38).

A concepção individualista é frágil e limitada e tem sido o pilar para análises pobres sobre o racismo sem aprofundamento histórico e sem reflexão sobre os seus efeitos concretos; flutua numa fraseologia moralista inconsequente “somos todos humanos”, “racismo é errado”, “tenho amigos negros” etc. Além de uma fixação pela legalidade, ao limitar o olhar para o racismo sobre aspectos comportamentais, deixa de lado o fato que “as maiores desgraças produzidas pelo racismo foram feitas sob o abrigo da legalidade e com apoio moral de líderes políticos” (ALMEIDA, 2019, p. 37).

Atualmente, tem-se destacado duas concepções de racismo: institucional e estrutural. Sob essa perspectiva, de acordo com Almeida (2019), o racismo institucional é o modo como se dá o funcionamento das instituições que atuam numa dinâmica que confere, mesmo que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça. Diante disso, o funcionamento das

instituições fundamenta a hegemonia de um grupo racial que utiliza mecanismos para impor interesses políticos, econômicos e ideológicos, o poder é o elemento central da relação racial, logo, o racismo é dominação. Almeida (2019) discorre que

> No caso do racismo institucional, o domínio se dá com o estabelecimento de parâmetros discriminatórios baseados na raça, que servem para manter a hegemonia do grupo racial no poder. Isso faz com que a cultura, os padrões estéticos e as práticas de poder de um determinado grupo tornem-se o horizonte civilizatório do conjunto da sociedade (ALMEIDA, 2019, p. 40).

Sendo assim, a dominação de brancos em instituições públicas, por exemplo, o legislativo e o judiciário e em instituições privadas, como diretoria de empresa; se dá, primeiro, pela existência de regras e padrões que direta ou indiretamente dificultam a ascensão de negros; segundo, a falta de espaços que discutam a desigualdade racial, naturalizando o domínio das instituições por brancos (ALMEIDA, 2019). Isso atesta que o racismo não está separado de um projeto político e de circunstâncias socioeconômica específicas (ALMEIDA, 2019).

O autor também destaca que o racismo estrutural é decorrente da própria estrutura social, ou seja, da "normalização", "naturalização" que está constituída na relação política, econômica, jurídica e até familiar, não é uma patologia social e nem uma confusão institucional. O racismo é estrutural, condutas individuais e processos institucionais são decorrentes de uma sociedade em que o racismo é regra e não exceção, isso viabiliza sistematicamente a concreta desigualdade e opressão política, jurídica e econômica. Nas palavras de Ribeiro (2019, p. 12), o racismo estrutural é a "estrutura fundamental das relações sociais, criando desigualdades e abismos [...] um sistema de opressão que nega direitos, e não um simples ato de um indivíduo. Reconhecer o caráter estrutural do racismo pode ser paralisante".

Ribeiro (2019) afirma que o racismo estrutura as relações raciais no Brasil, basta olhar a história do país que principia antes da escravização africana, com a escravização dos indígenas, até a falta de inclusão das pessoas negras. Nesse percurso, foram criados mecanismos legais para dificultar que as pessoas negras tivessem possibilidades de emancipação social, como já foi citado alguns exemplos, como a Constituição de 1824 que proibia o acesso da população negra à educação e a Lei de Terras de 1850 que condicionava compra e venda de terras (RIBEIRO, 2019).

Como enfatizado por Almeida (2019), do ponto de vista teórico, o racismo decorre de um processo histórico e político, que forja condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados sistematicamente. Mesmo que os racistas sejam responsabilizados, o olhar estrutural sobre as relações raciais, sinaliza que a

responsabilização jurídica não basta para que a sociedade deixe de ser criadora de desigualdades raciais.

Diante do que foi dito até o momento, em resumo, pode-se compreender que o racismo estrutural, parte da estrutura social, e não de uma ação isolada de um indivíduo ou de um grupo, por causa disso não necessita de intenção para se manifestar. Nesse sentido, raça é um conceito em que o significado só deve ser recolhido numa perspectiva relacional, isto é, raça é uma relação social que se manifesta em atos ocorridos no núcleo de uma estrutura social assinalada por conflitos e antagonismos (ALMEIDA, 2019).

A seguir, trata-se da linguagem como mecanismo de manutenção do poder.

2.3 RACISMO LINGUÍSTICO

Nascimento (2019) estuda a força estruturante do racismo através das linguagens presentes nas sociedades ocidentais. A linguagem como objeto, reforça condutas colonialistas, com vigor, nomeia e conceitua o mundo na perspectiva dominante. Nessa perspectiva, a linguagem é uma ferramenta racial de poder sobre os não brancos, por exemplo, considerando a palavra "negro", que para os brancos estão identificadas para diversas formas de discriminação. A linguagem não é apenas usada para nomear e originar exclusão, como também estabelece políticas públicas que não incluem pessoas negras (NASCIMENTO, 2019).

Como discute Nascimento (2019), a linguagem tem sido um fetiche ocidental há séculos, não apenas pela normalização e idealização das línguas nacionais, mas pelo seu meio de reprodução, criando uma definição de mundo a partir do conceito europeu. O ato de nomear é vital nessa definição. Nesse sentido, Nascimento (2019) ressalta que o signo “negro” passou a ser usado de forma intensa nos últimos três séculos em que o sistema escravocrata se consolidou, por conta das expansões marítimas e do sistema mercantilista. Também, adverte que o signo “negro” é um conceito novo, criado pelo branco europeu e não um conceito natural. Isso quer dizer que os africanos antes de serem escravizados não se identificavam como “negros” ou reivindicavam essa identidade como “natural” deles.

Por outro ângulo, a linguagem como fenômeno de comunicação conta com elementos diacrônicos e sincrônicos. Nascimento (2019) discute que falar é falar somente para o interlocutor que é a branquitude. Inclusive, o “negro” não foi criado só discursivamente e historicamente, mas foram obrigados a utilizarem as línguas dos colonizadores. Desse modo, como pontua Nascimento (2019), ao combater as línguas faladas pelos negros e também as

línguas faladas pelos indígenas configuraram um dos atos iniciais do mito da brasilidade linguística, provocando o epistemicídio e linguicídio.

Nascimento (2019, p. 13) define epistemicídio "como extermínio do conhecimento do outro, através da definição do que é saber/conhecimento válido e do que não é." Além disso, ele explicita que o linguicídio tem um vínculo com o epistemicídio, pois "figura como um epistemicídio que se dá por meio da linguagem (seja na conceituação, nomeação ou discriminação direta) ou das políticas linguísticas", melhor dizendo, mais um dos frutos do colonialismo europeu na sociedade brasileira.

O autor especifica a relação entre o preconceito racial emaranhado com o social e o linguístico; e denomina esse liame de racismo linguístico. Ainda especifica que o racismo linguístico se configura por meio do linguicídio. Nessa lógica, Nascimento (2019, p. 17) vê a língua como "uma marca de dominação e por onde também se dá a figura estruturante do racismo".

Não há língua sem sujeito. Nascimento (2019) reconhece que as línguas não existem em si, portanto não possuem cores, contudo existem sujeitos por trás delas que as modificam do mesmo modo que elas modificam os sujeitos. O racismo está na estrutura social, e a língua tem um ponto nessa estrutura. A linguagem é uma prática social, um modo de ação situado em um contexto, em que institui etnias, relações sociais e sistema de conhecimento e crenças (RESENDE; RAMALHO, 2006). Nascimento (2019, p. 19) entende que o "racismo é produzido nas condições históricas, econômicas, culturais e políticas, e neles se firma, mas é a partir da língua que ele materializa suas formas de dominação".

Logo, as línguas não são neutras, e assim como os sujeitos são marcadas pelos processos de dominação e poder, desse modo, para a colonização se estabelecer promoveu-se políticas linguísticas, promulgando o uso de uma única língua, desconsiderando as demais presentes no território (NASCIMENTO, 2019). Por essa razão, no processo de linguicídio:

> a língua não é só modificada, mas está sempre submetida aos projetos de poder. Ela própria é um projeto de poder, incluindo suas desigualdades, que funda nas origens nacionais o conceito moderno de língua nacional. É a colonialidade que, ao se expandir pela via da Companhia de Jesus, trouxe consigo um bem imaterial de dominação no país, de maneira a tornar os indígenas cativos da terra e os negros, animais da terra (NASCIMENTO, 2019, p. 21).

Portanto, além de compreender os espaços de poder é preciso disputá-los para que a língua seja um espaço de luta (NASCIMENTO, 2019). Ainda, o autor julga que a linguagem pode ser considerada marca de dominação, porque é o maior recurso de um grupo social, nela

que se cria formas de vida, e se estabelece as relações sociais, políticas e culturais de uma sociedade.

Conforme Nascimento (2019), os signos *Negro* e *preto* (no inglês *Negro* e *Black*) são palavras no devir-negro do mundo, ou seja, o signo negro não remete mais unicamente a condição imposta às origens africanas escravizadas, é a institucionalização de uma nova norma de existência mundial. Nos sentidos raciais, são palavras-signos em movimento e mudança, atualmente produzidas nas redes sociais. A palavra *negra* procede da relação de propriedade gerada pela escravização, isso provocou diversos usos semânticos negativos em torno de *negro*. Contudo, contrário do inglês em que a palavra *Negro* (neɪgrəʊ), devido as conotações racistas se tornou um termo pejorativo, no português, o uso do *preto* se tornou pejorativo (NASCIMENTO, 2019).

A palavra *negra* passou a ser usada com mais frequência na modernidade. No Brasil, o termo *negro* é recuperado em contraposição ao *preto,* E assim, "no nosso caso, "preto" e "negro" coexistem atualmente e dependem de uma variada gama de contextos discursivos. No caso de "preto", ele também tem sido retomado como signo de ressignificação rumo a um devir-negro, que também ocorre no terreno da linguagem" (NASCIMENTO, 2019, p. 44).

Nessa lógica, Bakhtin (2009) discute que a linguagem é interação humana em que os sujeitos estão situados historicamente, e se constituem, dialogam um com o outro, fundamentados na relação construída por uma determinada conjuntura social ideológica. Nesse sentido, segundo os apontamentos de Fanon (2020), o negro tem duas medidas, isto é, duas dimensões dialógicas: uma com o seu semelhante e outra com o branco, e se comporta de forma diversificada em cada relação.

Por fim, Kilomba (2019) aponta que algumas terminologias escritas em português exibem uma profunda falta de reflexão, de teorização da história, além de ser marcada pelas heranças coloniais patriarcais, em línguas, como o inglês e o alemão palavras que remetem a essa conjuntura foram criticamente desmontadas ou reinventadas num novo vocabulário, mas na língua portuguesa os termos permanecem ancorado no discurso colonial, sendo extremamente problemáticos. Por exemplo, em inglês e alemão utilizam-se as abreviações *N-word* e *N.*, respectivamente, para não produzir violência e trauma que a palavra provoca. No português, o termo é traduzido para *preta(o),* que historicamente é um termo pejorativo e violento:

> Tragicamente, na língua portuguesa, o termo *p.* é usado como forma indireta de inferiorização e objetificação - *as/os p.* Mas o termo, mais do que isso, está intimamente ligado à história das políticas de insulto e ao racismo diário na língua

> portuguesa. Por essas razões, para me afastar dessa terminologia racista, assim como para não reproduzir a imensa violência e o trauma que o termo envolve, opto por escrevê-lo em itálico, abreviado e em letra minúscula: *p* (KILOMBA, 2019, p. 18).

Ela explica que uma sociedade que é marcada pela negação ou até mesmo pela glorificação colonial, não possibilita que novas linguagens sejam criadas. E nem aceita que seja a responsabilização e não a moral a gerar novas formas de poder e conhecimento. Assim, quando se reconfiguram as estruturas do poder as identidades marginalizadas podem, finalmente, reconfigurar a noção de conhecimento. "Parece-me que não há nada mais urgente do que começarmos a criar uma nova linguagem. Um vocabulário no qual nós possamos todas/xs/os encontrar, na condição humana" (KILOMBA, 2019, p. 21).

Kilomba (2019) faz alguns apontamentos e explicações semânticas em torno de algumas palavras da língua portuguesa: *m.* (*mestiça/o*), signo que tem origem na reprodução canina, definindo o cruzamento de raças diferentes, que resulta numa cadela ou num cão rafeira/o, quer dizer, um animal impuro e inferior*; c.*(*cabrita/o*) palavra usada para se referir às pessoas de pele mais clara, "quase próximas da *branquitude*, sublinhando, porém, a sua *negritude*, e definindo-as como animais" (KILOMBA, 2019, p. 20).

Diante das problemáticas que envolvem a racialidade e a linguagem, Kilomba (2019) enfatiza sobre a necessidade de descolonizar o conhecimento e a linguagem. É preciso romper com o racismo institucional e repensar o mundo moderno/colonial em que se estão inseridos com olhares críticos, sobre os conhecimentos que são válidos e os que não são (KILOMBA, 2019, p. 51), "[...] a academia não é um espaço neutro nem tampouco simplesmente um espaço de conhecimento e sabedoria, de ciência e erudição, é também um espaço de violência".

No próximo capítulo, são apresentados os procedimentos metodológicos aplicados nesta pesquisa.

CAPÍTULO 3. METODOLOGIA

Neste capítulo, apresentam-se os procedimentos metodológicos que foram essenciais para a condução da pesquisa. Dito isso, quando a natureza da pesquisa é básica, que conforme Souza (2009), tem por objetivo provocar conhecimentos novos com utilidade para o avanço científico sem prática prevista.

Do ponto de vista da abordagem, para a realização dessa pesquisa, utilizou-se a abordagem qualitativa. Esse método busca explicar o porquê das coisas, centrado na compreensão da dinâmica das relações sociais, culturais e institucionais. De acordo com Souza (2009), a abordagem qualitativa:

> considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa (SOUZA, 2009, p. 11).

No que diz respeito aos seus objetivos, a pesquisa classifica-se com aspectos das pesquisas exploratórias e explicativas. De acordo com Gil (2002), a pesquisa exploratória tem o intuito de propiciar maior familiaridade com o problema, para torná-lo mais explícito ou levantar hipóteses, na maior parte dos casos, essa pesquisa envolve: levantamento bibliográfico e análise de documentos que estimulem o entendimento. Já as explicativas, se preocupam em identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos, aprofunda o conhecimento da realidade, visto que explica a razão das coisas (GIL, 2002). Isso posto, a análise tem o intuito de interpretar as características dos fatores socioculturais que estão por trás da motivação das lexias racistas. Além de descrever os fenômenos que determinam ou contribuem para essa ocorrência.

Ademais, os procedimentos técnicos para a realização da pesquisa são bibliográficos, visto que foram consultados materiais já elaborados, por meio de levantamentos teóricos fundamentados na teoria semântica (GUIRAUD, 1980; BORBA, 2003; CANÇADO, 2012), no estudo do léxico (BIDERMAN, 2001; XIMENES, 2014; ILARI, BASSO, 2014; ANTUNES, 2012) na teoria social (ALMEIDA, 2019; RIBEIRO, 2019; MUNANGA, 2003), nos dados históricos (SCHWARCZ, 2018; SCHWARCZ, STARLING, 2015; ALENCASTRO, 2018) e na lexicografia (BUENO, 2010; MICHAELIS, 2015; AURÉLIO, 2010). Além disso, trata-se de uma pesquisa documental os dados foram coletados de uma fonte primária, melhor dizendo, das dez palavras/expressões da cartilha “Racismo nas Palavras" da AMEPE, publicada em

2020, a escolha da cartilha deu-se por conta da nota de repudio emitida por magistrados associados a AMEPE que são contrários as ações antirracistas promovidas pela instituição. A figura 1 mostra a capa da cartilha da AMEPE.

Figura 1. Capa da cartilha da AMEPE



Fonte: AMEPE, 2020.

É importante ressaltar que essa cartilha foi inspirada em outra, intitulada “O racismo sutil por trás das palavras” da Secretaria de Justiça e Cidadania (Sejus), órgão responsável pelas políticas de igualdade racial e direitos humanos no Distrito Federal, publicada também no ano de 2020. Nessa primeira, são apresentados vinte e sete vocábulos considerados racistas, dentre esses, foram selecionadas dez para constituírem a cartilha da AMEPE.

Portanto, o estudo foca apenas nas dez expressões expostas pela AMEPE, como já dito no parágrafo anterior. Assim, a escolha do documento “Racismo nas palavras” para a análise ocorre porque a instituição “Associação de Magistrados de Pernambuco” considera que esses são os vocábulos racistas notoriamente mais utilizados no cotidiano dos brasileiros, e porque a

cartilha ainda apresenta pelo menos um sinônimo para cada unidade lexical racista, além de uma breve explicação sobre o sentido da palavra apresentada. E depois, o documento é de fácil acesso, pois está disponível no site da AMEPE para a sociedade.

Ademais, a apresentação dos dados ocorre por meio de capturas de imagens (*print*) do folheto: dez imagens correspondentes a cada vocábulo, com o respectivo sinônimo e o sentido das expressões exibidas pela AMEPE. Portanto, são distribuídos dez tópicos conforme a ordem de apresentação das palavras na cartilha. O *corpus* é exposto de acordo com a linha de raciocínio a seguir: primeiro é exibido o tópico (por exemplo: PALAVRA *NOME*), que contém o próprio signo que a cartilha apresenta; seguido pelo *print* da página, depois a palavra é analisada e discutida, apoiando-se na semântica, no léxico dicionarizado, na etimologia e no contexto histórico que envolve a racialidade e a linguística.

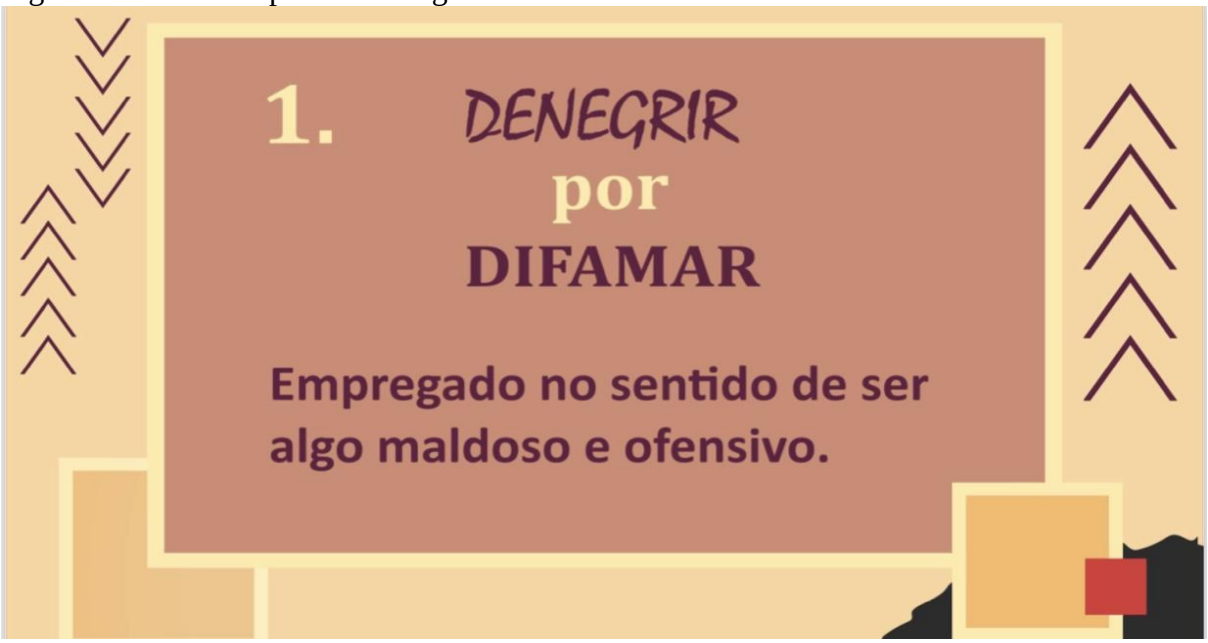
A seguir, no próximo capítulo, é exposta a análise e discussão de dados, embasando-se no referencial teórico desta pesquisa.

CAPÍTULO 4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Neste capítulo, apresenta-se os dados presentes na cartilha “Racismo nas palavras”, dez lexias, seguidas pelos seus respectivos sinônimos e significados de acordo com a AMEPE, como é evidenciado nas imagens. A análise de cada palavra, isto é, a análise e discussão das expressões linguísticas foram realizadas conforme a interpretação dos dados teóricos, que partem da referência teórica desta pesquisa: semântica; etimologia (CUNHA, 2007; VIARO, 2011); lexicografia (MICHAELIS, 2015; AURÉLIO, 2010; BUENO, 2010); características sócio-histórica e a racialidade.

4.1 PALAVRA *DENEGRIR*

Figura 2. Análise da palavra denegrir



Fonte: AMEPE, 2020, p. 3.

A palavra *denegrir* divulgada na figura 2, de acordo com Bueno (2010), é um verbo transitivo que vem do latim *denigrare,* que significa *tornar-se mais escuro, manchar.* O Dicionário Etimológico (*online,* 2022*)* aponta que em latim, *denigrare* parte da junção *de* + *niger,* em que *de* é uma preposição que emprega vários sentidos, como origem, afastamento ou intensidade; ainda segundo Gonçalves (2003), *de* é um prefixo do latim que exprime proveniência, causa, instrumento, posse, modo, dimensão etc. Enquanto, *niger*, conforme Cunha (2007), significa *negro, preto, sujo, lúgubre*.

No decorrer do tempo, na inserção cultural portuguesa e brasileira, a palavra também adquire novos sentidos, como apresentado, por Moraes e Silva na obra “Diccionario da Lingua

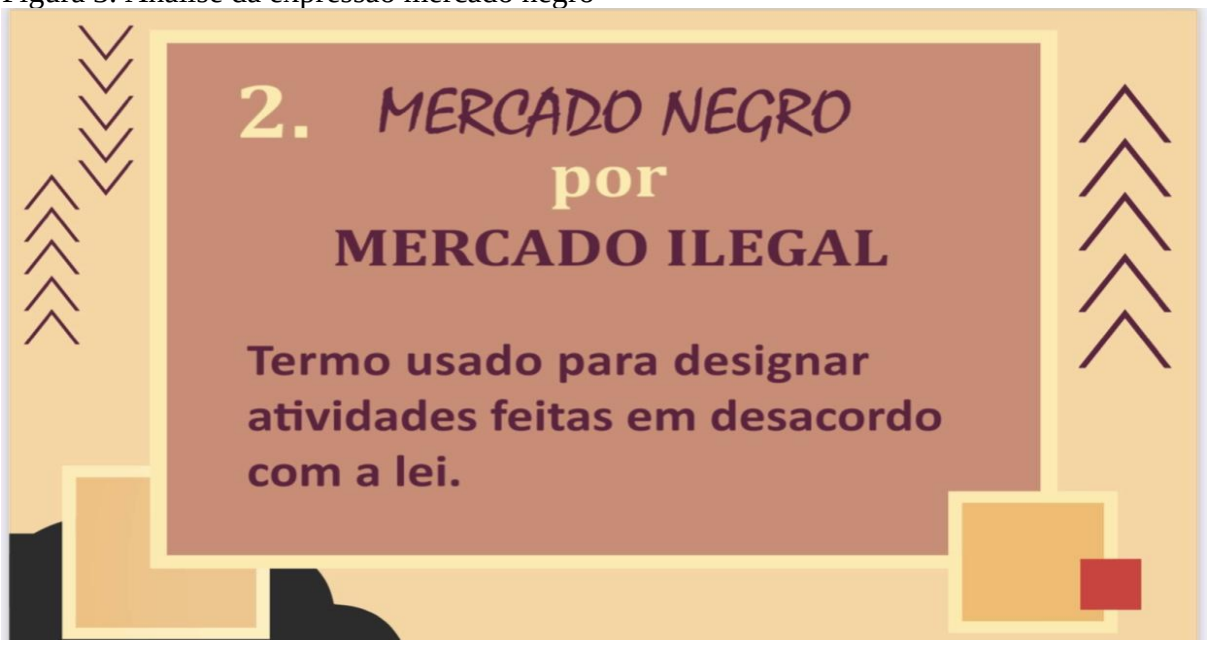
Portugueza” (1823, 1890), no primeiro semema significa *fazer negro, enegrecer* (que foi acrescentada na edição de 1890); no segundo semema, é empregado no sentido figurado *manchar, ex.: denegrir a reputação; denegrir o corpo com golpes;* no terceiro semema é apresentado como verbo impessoal *denegrir-se: fazer-se negro.* Portanto, as mudanças na língua são sintomas da mudança na sociedade (BAKHTIN, 2009).

Flores (2022) adverte que denegrir no primórdio da sua criação não está relacionado a torna-se negro em referência a tom da pele, ou a racialidade, mas sim a manchar algo, ou para se referir a manchar a reputação de alguém. Contudo, no contexto da escravização, no Brasil, nota-se que a língua foi criando designações, ressignificando palavras para marcar a opressão e a racialidade e denegrir é uma delas.

Percebe-se que essa palavra foi motivada em sua origem, mas com o tempo, com as mudanças no léxico e nas estruturas sociais, novos sentidos foram empregados, apagando a motivação original, tornando a palavra arbitrária. Nesse sentido, os falantes atuais não associam a palavra *denegrir* com *niger*, negro, torna-se negro, no sentido de manchar um objeto sem conotação racial. É importante compreender que a palavra *negro* está sendo recuperada, numa categoria político-cultural, e ressignificada. Por isso, o signo *denegrir* que tem o significado de torna-se negro ou enegrecer está no devir-negro da linguagem, melhor dizendo, não remete mais somente ao sentido imposto pela colonização, vive numa nova configuração de negritude positivada. Além disso, é preciso entender que essa palavra diz respeito ao processo de racialização, e não pode ser percebida pela sua etimologia, atualmente, o uso do termo tem sido alvo de críticas, por conta da conotação pejorativa.

4.2 EXPRESSÃO *MERCADO NEGRO*

Figura 3. Análise da expressão mercado negro



Fonte: AMEPE, 2020, p. 4.

A expressão *mercado negro* é de estrutura composta por duas palavras. Desse modo, a etimologia da palavra *mercado* deriva do verbo *mercar* 'comprar para vender' do latim *mercāri* (CUNHA, 2007). Bueno (2010) afirma que *mercado* tem como origem o latim *mercatus*. Já em Ferreira (2010), é apresentado a seguinte acepção: 1. lugar onde se comerciam gêneros alimentícios e outras mercadorias [...].

Cunha (2007) traz a etimologia de *negro* sendo do latim *niger* que significa *'preto, sujo, lúgubre'*. Michaelis (2015) e Bueno (2010) apresentam a acepção dessa tendo origem no latim *nigrum*, que deriva de *niger*. Em Ferreira (2010), *negro* tem como origem a palavra latina *nigru* que, além das definições de Cunha (2007), acrescenta outras, tais como *sombrio, lúgubre; a cor preta, indivíduo negro;* português popular: *nego*.

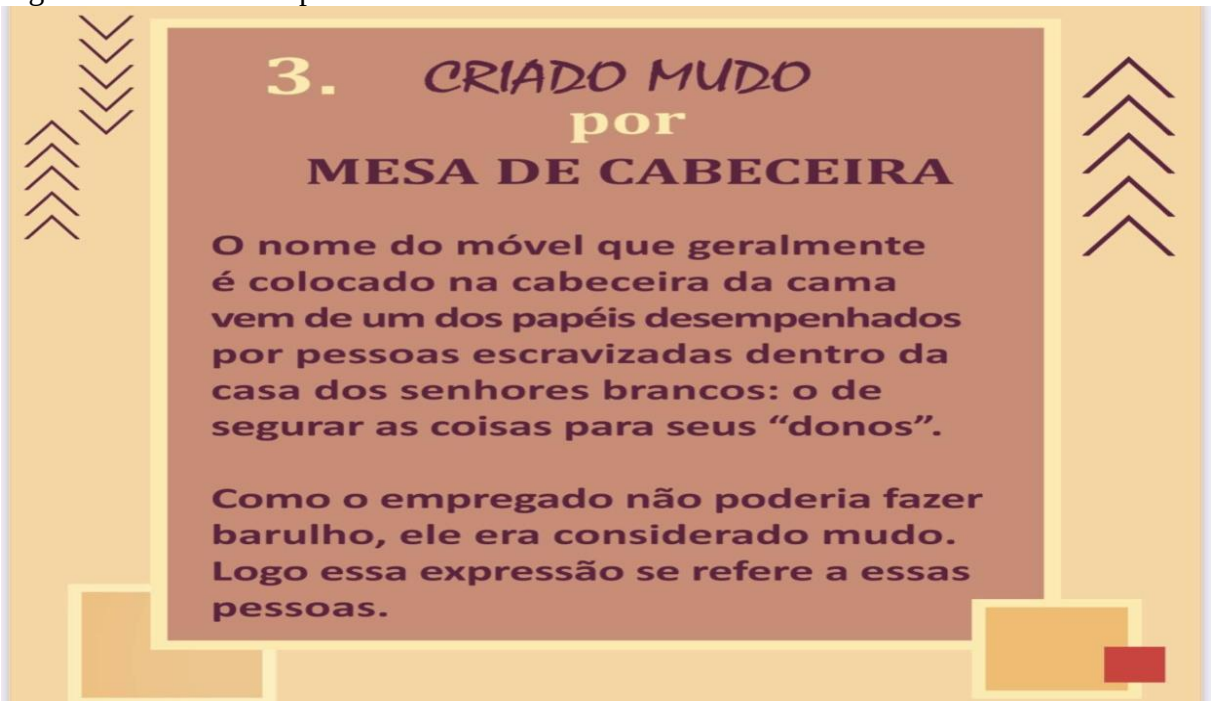
Nota-se que os sentidos de *negro* conforme as acepções dicionarizadas, está relacionado com a cor preta, mas também com a racialidade, isto é, sujeitos marcados social e historicamente como negro, numa composição étnico-racial; a objetificação (mercadoria) do corpo negro; além dos significados pejorativos que se relacionam com a maldade e a negatividade. Assim, Michaelis (2015), dicionário virtual, apresenta que a expressão *mercado negro* significa: "comércio clandestino de produtos ou serviços não encontrados facilmente, por preço acima do estipulado oficialmente". À vista disso, *mercado negro* é relativo ao comércio ilegal. Logo, pode-se considerar que é uma expressão racista. Como bem afirmado por Almeida

(2019), racismo é uma linguagem social, indo ao encontro do que considera (BORBA, 2003), que as atividades sociais são geradoras de significações, por isso, interpreta-se as diversas situações vividas em sociedade

Apesar da palavra *negro* ter sido ressignificada, por um processo identitário e político-cultural, positivado num lugar de negritude; o termo *negro* ainda é usado para a discriminação racial, que se ancora a uma terminologia colonial com atribuições negativas (KILOMBA, 2019). Portanto, consequentemente, numa língua marcada pela colonialidade como o português (KILOMBA, 2019), o mercado que ocorre as negociações ilícitas, seria por suposto *negro*. Veja que aqui o *negro* é sinônimo de ilegal.

4.3 EXPRESSÃO *CRIADO MUDO*

Figura 4. Análise da expressão criado mudo



Fonte: AMEPE, 2020, p. 5.

Identifica-se que a palavra ilustrada na figura 4, *criado-mudo* é composta por justaposição, isso quer dizer que não há troca ou perda dos elementos formadores desse signo (BASÍLIO, 1987). Em conformidade com Ferreira (2010), o signo *criado* significa *doméstico* e vem do latim *creatu.* Já para Michaelis (2015), *criado* é um substantivo, que indica os seguintes sentidos: 1. indivíduo contratado para prestar serviços domésticos; empregado, servo. 2. expressão cortês de quem se põe à disposição de alguém. Ademais, Bueno (2010) descreve

criado como *fâmulo, pessoa de servir.* Michaelis (2015) e Bueno (2010) identificam a sua etimologia do *particípio de criar,* como espanhol.

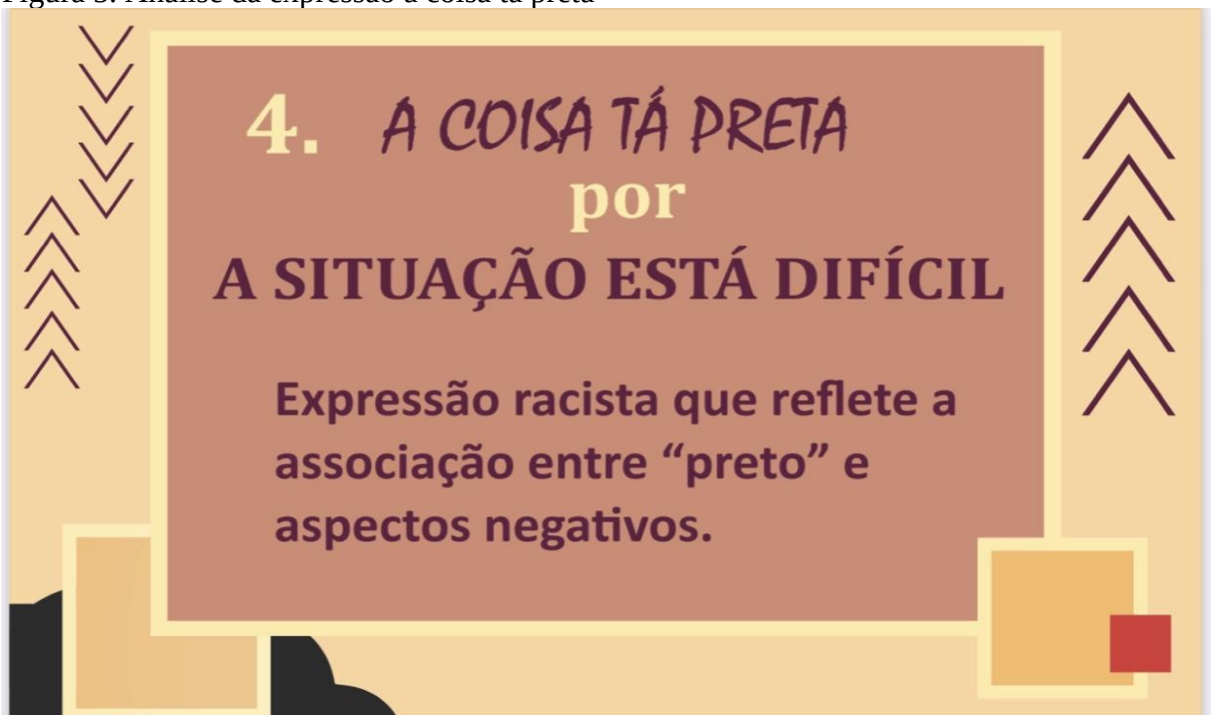
No que concerne ao termo *mudo,* Moraes e Silva (1823) refere-se *a quem não pode falar*; do latim *mutus,* e que também significa *calado, silencioso* (BUENO, 2010). Ferreira (2010, p. 520) classifica *mudo* nas seguintes definições: "1. privado do uso da palavra por defeito orgânico, ou causa psíquica. 2. calado, silencioso. 3. que não se expressa por palavras. 4. que não soa. 5. homem mudo". Por fim, Michaelis (2015), descreve que o significado de *criado-mudo* é "*pequeno móvel que se coloca à cabeceira da cama; mesa de cabeceira",* Bueno (2010) define (de *criar + mudo*) apenas como mesa de cabeceira.

Então, a expressão revelada na imagem está relacionada com a implementação de um senso de mudez, medo e silenciamento, pelo projeto colonial de servidão, através das máscaras do silenciamento, instrumento de opressão, que era colocado na boca dos escravizados para censurar as suas falas e para evitar que cometessem suicídios (KILOMBA, 2019). Nesse sentido, a historiadora Lilia Schwarcz (2020) pontua que a expressão *criado-mudo,* no período da escravização africana, era utilizado em oposição ao criado falante, isso revela o processo de objetificação das populações negras escravizadas. Por isso, a associação de *criado-mudo* como um objeto de decoração.

A partir desse ângulo, na formação composta do léxico *criado-mudo,* supõem-se que ocorreu por um processo de nomeação metafórica. Basílio (1987) explica que a nomeação metafórica ocorre quando a descrição do objeto, ao invés de caracterizá-lo por parâmetros objetivos, estabelece para este uma descrição em termos de propriedades transferidas em associativos. Como no caso de *criado-mudo*. Um móvel, ou seja, um objeto que não fala, comercializado; que de acordo com uma cultura colonial têm características comuns com o servo escravizado. Entende-se que, os negros escravizados, eram tratados como mercadoria (RIBEIRO, 2019), não tinham o poder de fala, a máscara vedava a boca, silenciando-os, considerados como criados-mudos.

4.4 EXPRESSÃO A COISA TÁ PRETA

Figura 5. Análise da expressão a coisa tá preta



Fonte: AMEPE, 2020, p. 6.

A expressão *a coisa tá preta*, em que a palavra *coisa*, significa *aquilo que existe ou pode existir*, possui como etimologia o latim *causa* > *coussa* > *coysa* > *coisa* (CUNHA, 2007); Ferreira (2015), escrever as seguintes definições sobre *coisa*: "1. o que existe ou pode existir. 2. objeto inanimado. 3. acontecimento, ocorrência. 4. assunto, matéria. Enquanto o signo *preta é* um substantivo feminino, com as seguintes acepções: *mulher negra; cada uma das peças escuras ou negras de certos jogos; a bola preta do jogo de bilhar;* quando a sua etimologia é o *feminino de preto* (MICHAELIS, 2015).

Preto segundo Moraes e Silva (1823) pode ser equivalente ao adjetivo *negro* ou ao substantivo *homem preto, forro ou cativo*. Bueno (2010), denota que o signo *preto* tem origem incerta, acredita-se que seja derivado de *apretar*, atual, *apertar;* e, é definido como *negro, escuro carregado.* Para Michaelis (2015), a etimologia também é inconsistente e pode ser latina hispânica do *prettum*, como no espanhol *prieto;* o seu significado abarca as seguintes acepções:

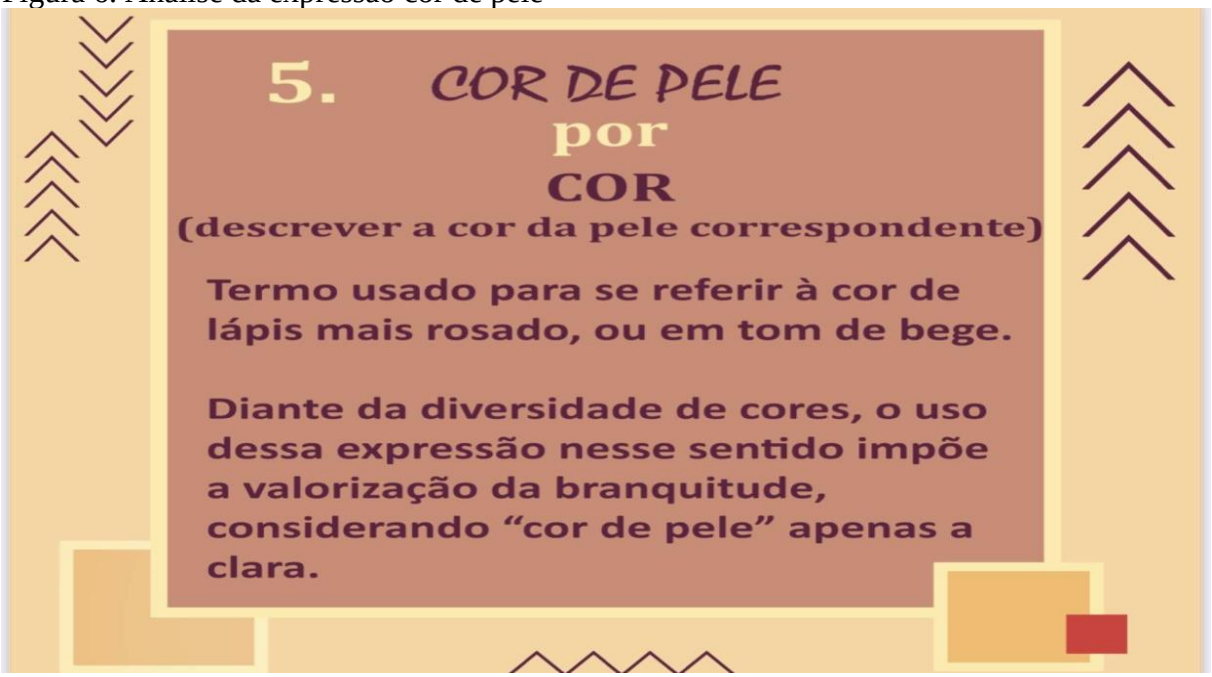
> **adj. 1** Que tem a cor do carvão, do ébano ou do piche; negro.**2** Diz-se dessa cor. **3** Diz-se de indivíduo que pertence à raça negra. **4** Diz-se de algo que é bastante escuro, embora não tenha a cor do carvão. [...] **7** Diz-se de algo que é complicador ou difícil; perigoso. **8** Diz-se de algo que é escuro; sombrio, umbroso. [...] **2** Indivíduo da raça negra. **3** ANT. Escravo ou empregado doméstico negro.

À face do exposto, infere-se que a frase *a coisa tá preta*, é motivada semanticamente; a coisa está difícil, complicada, por isso é preta. A expressão tem sentido metafórico. E significa, a intensificação de uma dificuldade numa determinada situação, a complicação de um problema ou o surgimento de uma adversidade. Isso mostra, como o racimo está emaranhado na sociedade (ALMEIDA, 2019), em que a linguagem é a realidade material da criação ideológica (BAKHTIN, 2009), observa-se que os signos da racialidade enquanto categoria social são utilizados numa linguagem de discriminação racial, mesmo que de modo inconsciente pelos falantes.

Logo, percebe-se que há uma problemática em relação ao termo *preta(o)* na língua portuguesa. Como nos ressaltam kilomba (2019), Sansone (1997) e Nascimento (2019), historicamente, o signo *preta(o)* é simbolizado como o termo mais comum e violento para insultar uma pessoa, de forma arbitrária nas relações diárias, essa palavra é usada como insulto direto, ou indireto numa linguagem de inferiorização, dominação e objetificação. É um signo profundamente ligado à história do racismo no dia a dia na língua portuguesa (KILOMBA, 2019). Entretanto, Nascimento (2019) adverte que o signo *preta(o)* vem sendo ressignificado no devir-negro da linguagem a se positiva enquanto identidade étnico-racial da negritude.

4.5 EXPRESSÃO *COR DE PELE*

Figura 6. Análise da expressão cor de pele



Fonte: AMEPE, 2020, p. 7.

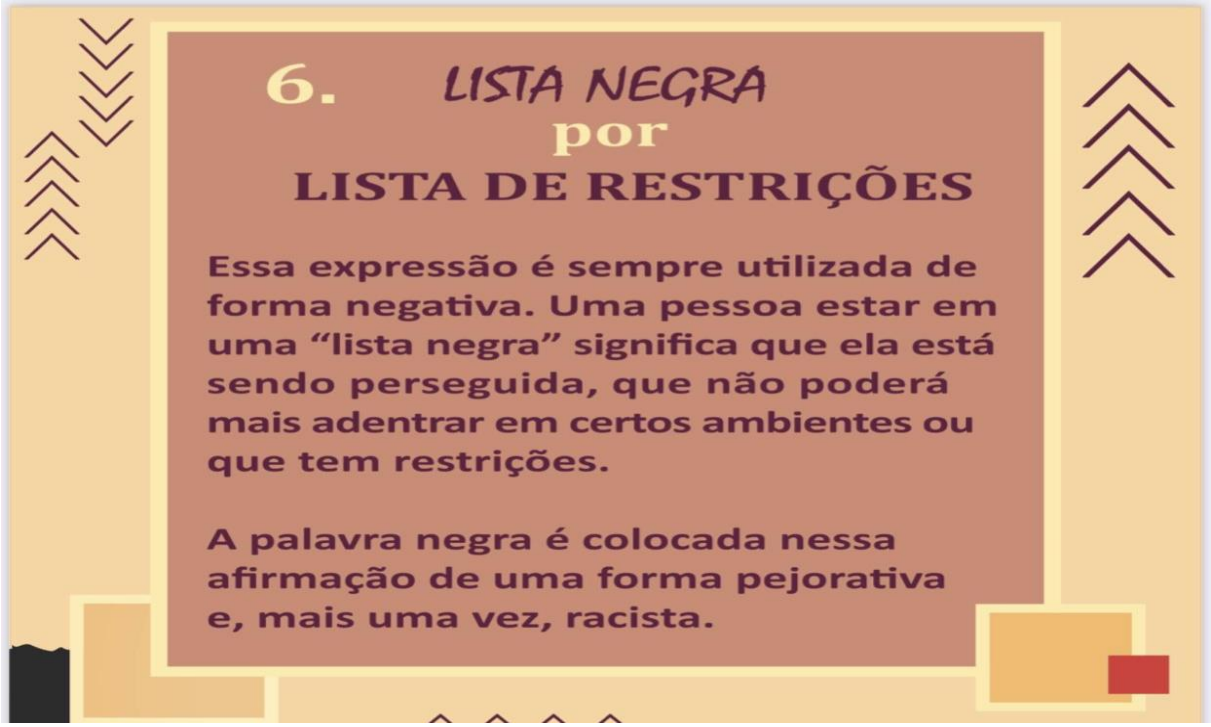
A expressão *cor de pele* está relacionada com o que é considerado coloração humana. Note que, segundo Ferreira (2010), *cor* significa qualquer cor, exceto o branco, o preto e o cinzento; coloração; qualquer matéria corante; *colorido da pele, característica particular*; feição, tom; e tem origem no latim *colore*. Derivada do latim *pellem,* a *pele,* significa órgão do sistema tegumentar que forma o revestimento protetor do corpo humano e dos animais vertebrados; no sentido figurado, corpo humano (MICHAELIS, 2015).

A expressão *cor de pele* no contexto brasileiro, que vive o racismo estrutural (ALMEIDA, 2019) assinalado pela racialidade, corresponde a uma única imagem conceitual: a pele clara, do branco. Distingue-se que o revestimento de cada corpo humano tem a sua particularidade, e que envolve a concentração de melanina que pigmenta a *pele*, uns com mais e outros com menos, logo há uma diversidade de tons, cores.

Logo, como advoga Almeida (2019), é válido ressaltar que ao longo da formação histórica o termo raça - conceito marcado pela ideologia colonial que esconde a relação de poder e dominação - assume dois registros principais, destaca-se as características biológicas, em que a identidade racial está relacionada a atributos físicos, nesse caso, a concentração de melanina na pele. Em diálogo com Munanga (2003) que reconhece que os naturalistas dos séculos XVIII - XIX, de forma descabida, decretaram que os indivíduos da raça “branca” são coletivamente superiores à raça “negra” e “amarela”, por conta das suas características físicas: cor clara da pele. Dessa maneira, por meio de associação, do sentido primário da colonização que a expressão *cor de pele* é considerada, clara, branca.

4.6 EXPRESSÃO *LISTA NEGRA*

Figura 7. Análise da expressão lista negra



Fonte: AMEPE, 2020, p. 8.

A palavra *lista* quanto a sua etimologia é do italiano *lista* e do latim medieval *lista* (Bueno, 2010), enquanto para Cunha (2007), parte do latim *līchēn -ēnis*, derivado do grego *leichen.* Ferreira (2010) informa que *lista* significa relação de nomes de pessoas ou coisas; relação, rol, arrolamento, listagem; para Michaelis (2015) é definido como relação ordenada de nomes de sujeitos ou coisas; cadastramento.

Como já apresentado nas análises anteriores, o termo *negra* é feminino de *negro*, derivada da palavra latina para cor preta e escura, *niger* (CUNHA, 2007; FLORES, 2022). Com a expansão marítima, a palavra passou a ser usada nas línguas românicas para relação de poder entre a Europa e a África, e aplicada aos Africanos para definir o seu lugar de subordinação e inferioridade (KILOMBA, 2019). No Brasil, embora o termo esteja intrinsecamente ligado à história colonial, *negra(o)* é reconduzido como lugar de negritude.

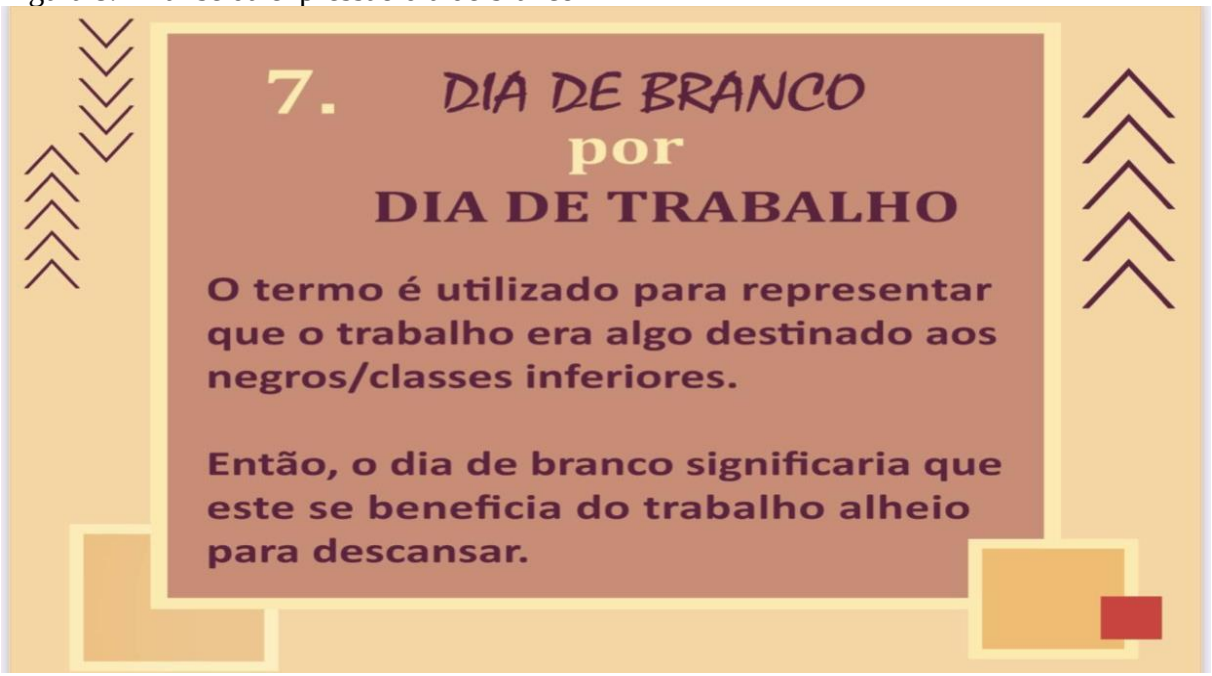
Para mais, Michaelis (2015) explica o sentido da expressão *lista negra*:

> rol de indivíduos ou firmas considerados suspeitos ou merecedores de censura, ou discriminação adversa, como firmas ou indivíduos de país beligerante, residentes em país neutro, com os quais são interditadas as relações comerciais; b) FIG conjunto de pessoas ou coisas cujo contato se corta ou se pretende evitar.

Após a abolição há uma reconfiguração da forma como os negro(a)s são tratados na sociedade brasileira, dando lugar para o racismo estrutural (ALMEIDA, 2019). Averígua-se que no Brasil, com a queda do sistema escravocrata, teorias raciais ficaram em voga, intelectuais da pseudociência racista das faculdades de Recife, da Bahia e do Rio de Janeiro, defendiam absurdos como, o negro era um degenerado, mas seria possível fornecer ajuda através de um evolucionismo social, com a inclusão de brancos em diversas partes da nação (SCHWARCZ, 2018). Assim, compreende-se que o sentido da expressão é relacionado a listagem de pessoas ou coisas consideradas prejudiciais, como o negro(a).

4.7 EXPRESSÃO DIA DE BRANCO

Figura 8. Análise da expressão dia de branco



Fonte: AMEPE, 2020, p.9.

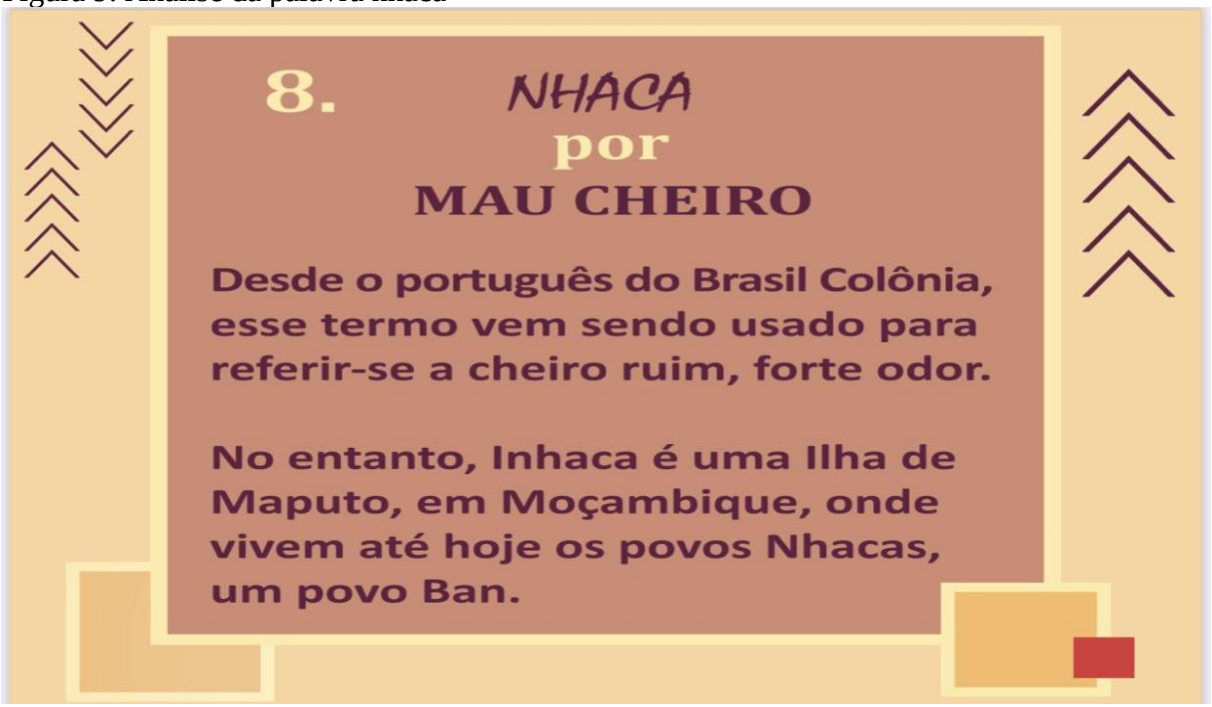
A palavra *dia*, do francês *dextrine*, derivado do latim vulgar *dia* e do clássico, *dies* (CUNHA, 2007). Ferreira (2010) define *dia* como período em que parte da Terra está clara, ou o intervalo entre uma noite e outra; dia em que se trabalha; atualizado, bem-informado. Já *branco*, tem sua origem no germânico *blank*, significa cor da neve, alvo; coisa que tem cor mais clara que outras da mesma espécie; diz-se de indivíduo de pele clara; a cor branca; homem da raça branca (FERREIRA, 2010); transparente ou translúcido; que revela limpeza; diz-se de indivíduo que não tem malícia, puro, inocente; ANT. substantivo: dono de uma fazenda em relação a seus escravos; patrão, senhor; POR EXT. pessoa importante ou que exerce poder;

indivíduo pertencente à cultura dominante, civilizada, em oposição aos indígenas (MICHAELIS, 2015).

Além disso, Michaelis (2015) apresenta o sentido da expressão *dia de branco* que na linguagem coloquial significa *dia útil*, antônima da expressão *dia negro* que significa na linguagem coloquial, dia que não se trabalha; domingo. Então, pode-se julgar que no período colonial as atividades exercidas pelos escravizados não eram consideradas trabalho. O trabalho era feito pelo senhor "pessoa importante", o homem branco, que tinha um dia de muito trabalho (SCHWARCZ, 2020). Logo, é visível que existe uma relação dicotômica entre o branco e o negro/preto: um com simbolização negativa, não pura e maldosa; e o outro, associado a positividade, pureza e bondade (MATOS, 2006).

4.8 PALAVRA *NHACA*

Figura 9. Análise da palavra nhaca



Fonte: AMEPE, 2020, p. 10.

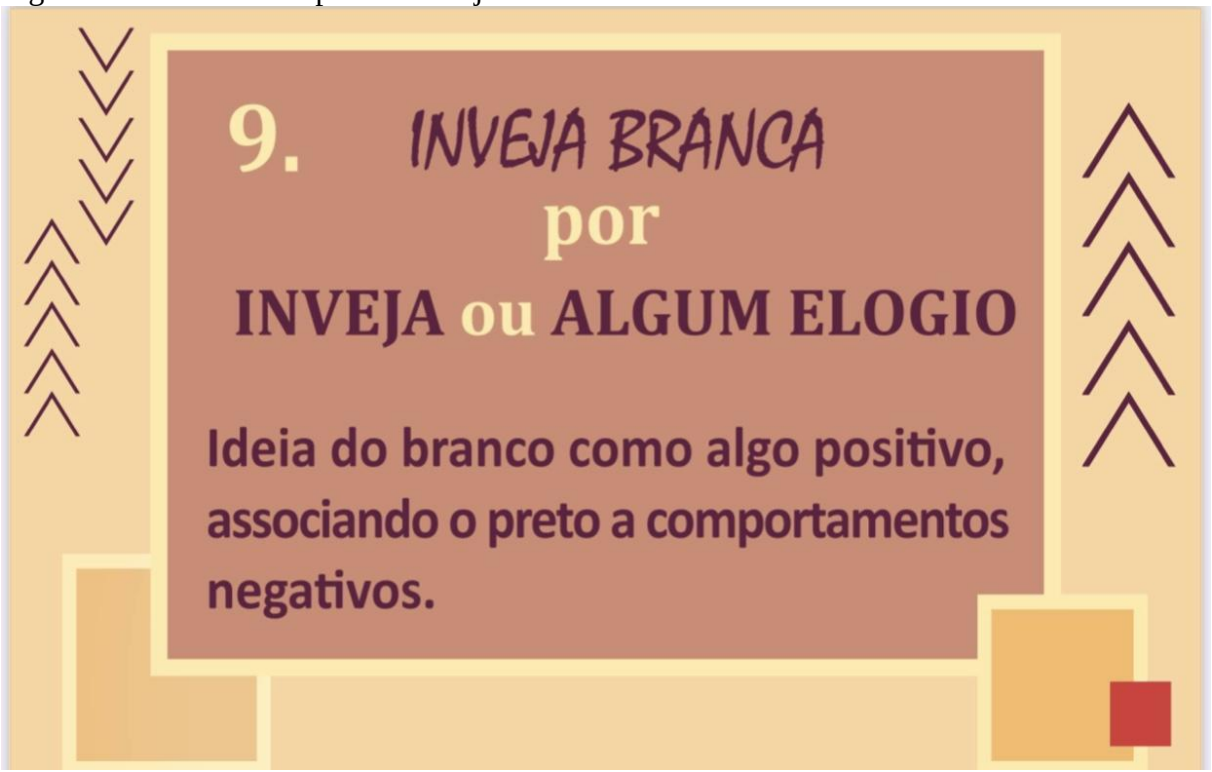
A palavra *nhaca* decorre da supressão do *i* de *inhaca*. De acordo com o Dicio (2022), *inhaca* é um substantivo e não se sabe ao certo a sua etimologia, mas supõe-se que tenha origem no tupi *yakwa* ou na língua africana do banto *yaka*; com as seguintes acepções: 1. cheiro desagradável; 2. no regionalismo: falta de sorte; 3. *Angola. Indivíduo soberano; aquele que detém o poder; rei ou jaga*. Segundo Michaelis (2015), significa 1. cheiro desagradável; bodum, catinga, morrinha. 2. regionalismo de Minas Gerais e Rio de Janeiro: falta de sorte total, quanto

a procedência do tupi *iákwa*. Para Ferreira (2010), é de origem africana. E significa conforme Cunha (2007), fedor, mau cheiro.

O signo *inhaca* > *nhaca,* como identificado não tem uma etimologia concreta pode ser de origem tupi ou banta. Considerando que o banto é uma família linguística africana, que no período do tráfico tinha um grande percentual de falantes, os itens lexicais de origem bantu são de grande número no português brasileiro (MATTOS e SILVA, 2004), porque a língua, falada em Angola, quimbundo, pertence à família do bantu. E o termo *inhaca* para a cultura bantu tem o significado que envolve o *indivíduo soberano; aquele que detém o poder; rei ou jaga* (DICIO, 2022).

4.9 EXPRESSÃO *INVEJA BRANCA*

Figura 10. Análise da expressão inveja branca



Fonte: AMEPE, 2020, p. 11.

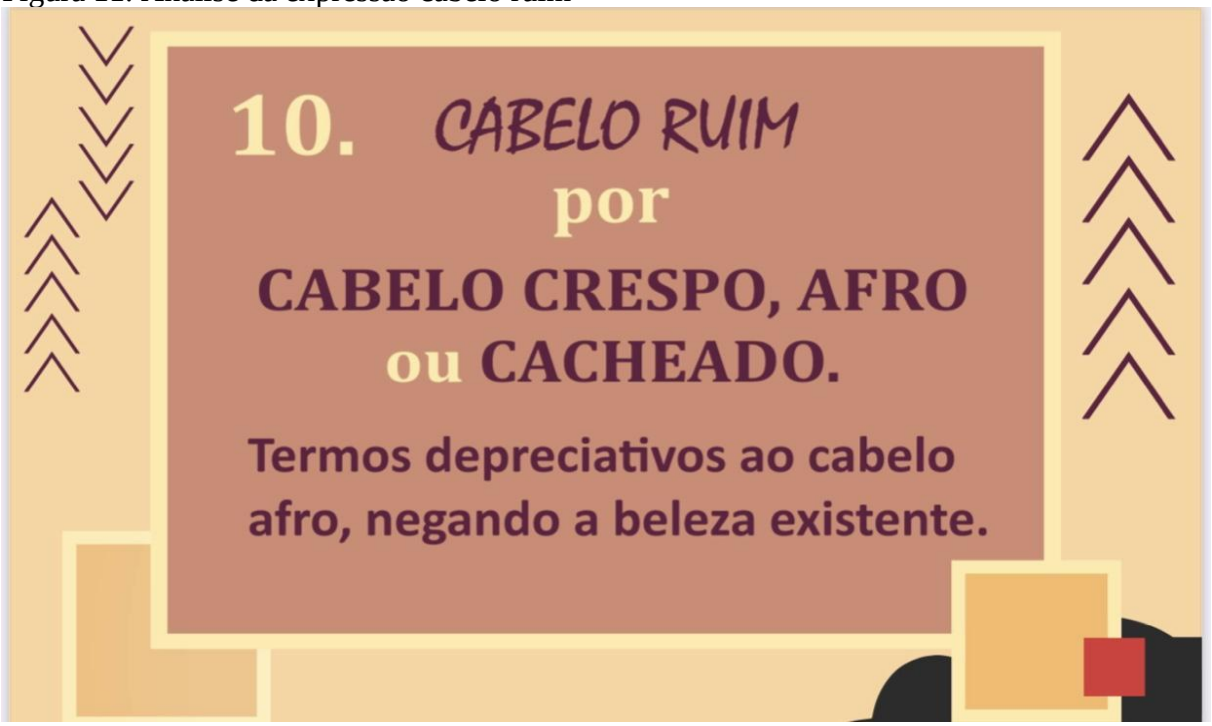
A expressão *inveja branca* é composta por duas palavras. Em que *inveja* tem o significado de um sentimento de ódio, desgosto ou pesar que é provocado pelo bem-estar, pela prosperidade ou felicidade de outro; desejo imenso de possuir ou desfrutar de algum bem possuído ou desfrutado por outra pessoa, avidez, cobiça, cupidez; o signo *inveja* é de origem latina *invidĭa* (MICHAELIS, 2015). Ainda, para Ferreira (2010), *inveja* significa também desejo violento de possuir o bem alheio. Para mais, branca/branco já foi definido no item 7.

Então, entende-se que *inveja branca* tem o sentido de boa inveja. Perceba que o signo branco é quem estabelece a relação de sentido da expressão: *inveja* é uma emoção negativa, como ressaltam Michaelis (2015) e Ferreira (2010), um sentimento de ódio, desejo violento de possuir os bens de uma outra pessoa, na condição de ser *branca* é evidente que passa a ser um sentimento bom, um elogio. Verifica-se que essa palavra é assinalada pela ideologia de raça carregada por uma materialidade de conteúdo ou significado vivencial ou ideológico (BAKHTIN, 2006),

A psicanalista Souza (1983) afirma que a conjuntura social escravista, ao sequestrar o africano e escravizá-lo, define o negro como raça, demarca o seu lugar, o modo de tratar e ser tratado, os padrões de interação com o branco e estabelece o paralelismo entre cor negra e a posição social inferioridade. Nesse sentido, os signos que estão relacionados a racialidade branca sempre tem uma tendência a se positivar. Como defendido por Carl Linnaeusn que teorizou uma taxonomia, descrevendo os africanos como negros, lentos de raciocínio, descontraídos e negligentes; enquanto os brancos são europeus belos, amáveis, inteligentes e inventivos (CABECINHAS, 2010).

4.10 EXPRESSÃO *CABELO RUIM*

Figura 11. Análise da expressão cabelo ruim



Fonte: AMEPE, 2020, p. 12.

A unidade lexical *cabelo ruim* é uma expressão muito motivada, antagônica a expressão *cabelo bom*. Para Ferreira (2010), cabelo tem origem no latim *capillu* também tem o sentido de conjunto de pelos que recobrem a cabeça humana. A palavra *ruim*, tem origem no latim *ruina*, é definido como 1. sem préstimo; 2. defeituoso, estragado; 3. de má qualidade [...], (FERREIRA, 2015). Além dessas, acepções, Michaelis (20150 apresenta outras como: provoca sensação desagradável, que se encontra em estado de decomposição, improdutivo; que exige esforço ou causa dificuldade; árduo, difícil.

Em conformidade a isso, Michaelis (2015) destaca algumas expressões solidificadas no léxico brasileiro, destas ressalta-se duas que tem uma relação de antonímia, primeiro, *cabelo ruim* que significa "cabelo muito crespo, difícil de pentear"; e *cabelo bom* que significa "cabelo liso". Repare que as características fenotípicas da população negra, afro-brasileira são desqualificadas, tidas como defeituosa e de má qualidade no imaginário coletivo. C*abelo ruim* é construído por uma ideologia de raça consolidada na sociedade brasileira, para se referir ao cabelo crespo, cacheado que são características fenotípicas de pessoas negras/pretas, um cabelo que está fora dos padrões de beleza exigida e estabelecida pela branquitude. Isso é extremamente racista.

Em resumo, considerando o exposto, nota-se o evidente dinamismo linguístico do léxico brasileiro, compondo um vasto universo, com imprecisos e complexos limites, vê-se que as expressões apresentadas, somam as experiências carregadas pela sociedade brasileira numa normativa histórica do seu acervo cultural colonial. Logo, o passado de opressão não passa, é presente o tempo todo, visto que as palavras/expressões que foram definidas nos parágrafos anteriores, como *lista negra, mercado negro e dia de branco* ao direcioná-las para as interações sociais brasileiras, no cotidiano, colaboram para a glorificação da escravatura. E reforçam atitudes preconceituosas e discriminatórias.

Lembre-se que num tempo cronológico por mais de 300 anos a violência, o genocídio e a desumanização eram legalmente aceitos aos corpos negros. Nesse processo, o corpo negro foi transformado em mercadoria, objeto e moeda de troca. Além da desqualificação moral, física e intelectual que as teorias racistas promoveram. À vista disso, os brasileiros que reproduzem as palavras/expressões tais como *denegrir, a coisa tá preta,* muitas vezes não se dão conta que os termos e expressões estão associados emocionalmente a brutalidade da escravatura. E que ao utilizá-los, mesmo que sem a intenção, é um ato de racismo, uma vez que no Brasil, o racismo decorre da própria estrutura social, da normalização e da naturalização política, econômica, jurídica e familiar, infelizmente, é uma sociedade em que o racismo não é exceção.

O racismo também é uma linguagem, com a abolição da escravatura, reconfigura como os negros são tratados na sociedade brasileira, percebe-se que as palavras têm histórias e é preciso pensar nelas de forma politizada. Por exemplo, *criado-mudo*, que no período da escravatura era utilizada para se designar o escravizado silenciado pela máscara, na contemporaneidade, é o nome de uma mesa de cabeceira. Contudo, o termo representa e retoma o trauma da violência racial. Por isso, não deve ser utilizado.

Para mais, os africanos escravizados foram nomeados de negro e preto, pelos colonizadores. Na atualidade, esses dois signos são marcas novas de identidade étnico-racial de negritude. Entretanto, os sentidos das dez expressões/palavras divulgadas pela cartilha não marcam essa ressignificação, e sim uma conotação colonial. Por isso, os termos representam a opressão e resultam na opressão, numa realidade dividida em dois: o aceitável, o eu branco, e o inaceitável que é projetado no outro, o negro.

Logo, o sujeito que faz o uso da linguagem pode configurá-la como racista ou não, basta ser crítico quanto ao uso das palavras, e do sentido contextual que é empregado a elas. As expressões estudadas, ao serem utilizadas nas interações sociais, promovem a materialização do discurso racista, representa e reproduz as crenças fundamentadas na colonialidade, mesmo que de modo inconsciente. É fundamental que se perceba que o racismo não é biológico, mas discursivo, funciona através de palavras e expressões, como as apresentadas pela AMEPE, que criam uma narrativa de supremacia branca, credibilizada por políticas criadas para justificar o racismo, no projeto colonial. E que numa falta de lógica, coloca o corpo negro numa identidade fora da humanidade, construído negatividades como *mau* e/ou *ruim*, fedido e não humano, marcado nas palavras discriminatórias: *cabelo ruim, cor da pele* e *nhaca.*

Os sujeitos da sociedade são agentes no processo de manutenção e reelaboração constante na língua. Com isso, mudanças sociais e culturais provocam modificações no uso dos vocabulários e novas conotações aos termos existentes (BIDERMAN, 2001). Por essa razão, é preciso desmantelar as palavras racistas e criar denominações, sem carga pejorativa e discriminatória, a língua é o maior recurso de uma sociedade, é essencial compreender os espaços de poder e usá-la como um meio de luta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho expõe uma pesquisa voltada para a língua enquanto produtora e mantenedora do racismo estrutural. À vista disso, buscou analisar com base na semântica e na teoria social, o sentido e o significado empregado ao campo semântico dos signos preto(a) e negro(a) apresentados pelas expressões/palavras contempladas na cartinha "Racismo nas Palavras" da AMEPE. Verifica-se o significado e o sentido das lexias apresentadas enquanto ferramentas de perpetuação da cultura racista no Brasil.

Por isso, os objetivos foram alcançados, por meio de uma discussão linguística que trabalhou a relação de sentido das palavras considerando as suas origens, o social, o histórico e o racismo. Além de fazer considerações sobre a formação da língua brasileira, que sofreu grande influência das línguas indígenas e africanas, mas com a imposição do português europeu as demais línguas são colocadas a margem. Assim, indicou-se que os fatores sociais colaboram para o uso das expressões, como as teorias científicas racistas, pós-abolição; e o próprio sistema escravocrata.

Conforme a pesquisa, com base na análise e discussão dos dados, evidenciou-se que algumas construções caíram no arbitrário do português brasileiro como, *denegrir, criado-mudo, nhaca*, uma vez que os falantes não fazem associação direta entre o significante e o significado, com a etimologia dessas palavras, pura convenção. Entretanto, entende-se que, antes disso, as palavras *criado-mudo e inhaca* foram motivadas e viabilizadas pelo colonialismo europeu. Já a palavra *denegrir* é empregada com novas designações na Modernidade, diferente do sentido aplicado na Idade Média. As demais expressões são nitidamente motivadas e marcam a racialidade como *mercado negro, a coisa tá preta, cor de pele, lista negra, dia de branco, inveja branca* e *cabelo ruim.*

Por conta das designações, desenvolvidas na economia açucareira e no sistema de escravização, surgem diversas expressões com os termos negro e preto sempre direcionado a um aspecto negativo. Veja, *mercado negro,* parte da economia que envolve bens ou serviços ilegais; *lista negra*, usada para descrever a exclusão de uma pessoa, de um grupo por alguma razão negativa ou descreve uma pessoa que está sendo perseguida; contudo *inveja branca*, representa a boa inveja é um sentimento do bem. Essas expressões externalizam algumas das enunciações do dia a dia do povo brasileiro, termos pejorativos que foram e são propagados por muito tempo, que infelizmente se institucionalizaram, algumas estão dicionarizadas no Michaelis (2015), e muitos indivíduos não se dão conta do sentido empregado a palavra e do custo social que o termo representa.

Nessa lógica, por conta do resultado da pesquisa, ou seja, devido ao levantamento teórico; a análise e a discussão dos dados, considera-se que os questionamentos levantados ao iniciar o estudo foram respondidos, uma vez que as palavras indicadas materializam de forma consciente e inconsciente o sentimento do racismo estrutural, nas falas dos brasileiros, além disso, também há conotação pejorativa e discriminatória em relação ao corpo negro/preto, e isso reforça a violência racial que é física e psicológica.

A hipótese também foi confirmada, de que a palavra é espaço de produção e manutenção do racismo, porque, no decorrer da história, a população negra sofre um processo de invisibilidade e indiferença, promovido pelo sistema colonial europeu e afirmado por teorias científicas racistas. No mais, na construção social escravocrata criou-se o descabido *status* de incapacidade. Dessa forma, em situações de comunicação vivenciada pelos falantes brasileiros, no dia a dia, como nas relações sociais e familiares, nas experiências escolar e profissional, é comum o uso de palavras que manifestam o racismo. Entretanto, supõe-se que a população, no geral, não tenha consciência de que todas as palavras/expressões presentes na cartilha materializam, concretizam e estruturam o discurso social racista, como *denegrir* e *criado-mudo*.

Por fim, compreende-se que o racismo estrutural parte da estrutura social, em razão disso não precisa de intenção para se manifestar. Mas, cabe ao sujeito se posicionar criticamente e refletir sobre o uso de expressões que estigmatiza o corpo negro, colaborando para uma postura antirracista. Posto isso, enquanto professora de língua portuguesa, numa educação que busca a formação integral do estudante, é importante o desenvolvimento de um letramento racial crítico na prática pedagógica, para colaborar com uma sociedade mais igualitária, estudando com autores fora do cânone. Nas aulas, também pode-se trabalhar com textos que problematizam as questões raciais, além de discutir a história e a cultura afro-brasileira em uma perspectiva que não parta do modelo epistemológico eurocêntrico. Ainda, é válido ressaltar que a autora tem interesse em desenvolver pesquisas futuras que abordem a temática da língua e racialidade.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Felipe. África, números do tráfico atlântico. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 57-63.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural.** São Paulo: Jandaíra, 2019.

ANTUNES, Irandé. **Território das palavras:** estudo do léxico em sala de aula. São Paulo: Parábola, 2012. p. 27-50.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem.13. ed. São Paulo: Hucitec, 2009.

BASÍLIO, Margarida. **Teoria Lexical.** São Paulo: Ática, 1987.

BORBA, Francisco da Silva. **Introdução aos Estudos Linguísticos**. São Paulo: Pontes, 2005.

BONVINI, Emilio. Língua africanas e português falado no Brasil. In: FIORIN, José Luiz; PETTER, Margarida. **África no Brasil**: a formação da língua portuguesa. São Paulo: contexto, 2008.

BONVINI, Emilio. Os vocábulos de origem africana na constituição do português falado no Brasil. In: FIORIN, José Luiz; PETTER, Margarida. **África no Brasil**: a formação da língua portuguesa. São Paulo: contexto, 2008.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. **O português Brasileiro e o Português Europeu:** Identidade e contrastes. Persee, 2001.

BUENO, Francisco da Silveira. **Minidicionário Escolar da Língua Portuguesa Silveira Bueno**. São Paulo:DCL, 2010.

CABECINHAS, Rosa. **Expressões de racismo:** mudanças e continuidades. Salvador: EDUFBA, 2010.

CANÇADO, Márcia. **Manual de Semântica**: Noções Básicas e Exercícios. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2012.

CANÇADO, Márcia. **Semântica Lexical:** uma entrevista com Márcia Cançado. Revel, v. 11, n. 20, 2013.

CUNHA, Geraldo Antônio da. **Dicionário etimológico da língua Portuguesa.** 3. ed. Rio de Janeiro: Lexikom editora digital, 2007.

DICIONÁRIO, etimológico. **Etimologia e Origem das palavras.** Disponível em: https://www.dicionarioetimologico.com.br/a/ Acesso em: 18 de jan. 2022.
DICIO, Dicionário Online de Português. Disponível em: https://www.dicio.com.br/ Acesso em 28 de mar. 2022.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio:** o dicionário da língua portuguesa. 8. ed. rev. atual. Curitiba: Positivo, 2010.

FLORES, Pablo Jamilk. **Denegrir**: origem e significado. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=7qCdB4WQtGI&t=438s. Acesso em: 7 de abril de 2022.

GUIRAUD, Pierre. **A semântica**. Tradução de Maria Elisa Mascarenhas. 3. ed. São Paulo- Rio de Janeiro: Difusão Editorial, 1980. p. 15-34.

GONÇALVES, Rebelo. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Porto Editora, 2003.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

HOUAISS, Antônio. **O português no Brasil**. Rio de Janeiro: EBRADF, 1985.

ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. **O português da gente:** a língua que estudamos a língua que falamos. São Paulo: Contexto, 2014.

ILARI, Rodolfto. **Introdução ao estudo do léxico**: brincando com as palavras. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação:** episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogá, 2019.

MATOS, Patrícia Ferraz de. **As cores do império**: representações raciais no império colonial português. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.

MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. **Ensaios para uma sócio-história do português brasileiro.** São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Sentido e significação:** em torno da obra de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004.

MICHAELIS, **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Melhoramentos, 2015. Disponível em: https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/. Acesso em: 17 de jul. 2022.

MORAES E SILVA, Antonio. **Diccionario da lingua portugueza.** Rio de Janeiro: Lisboa, 1823. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/562936 . Acesso em: 14 de set. 2022.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** Rio de Janeiro, 2003. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação (PENESB). Disponível em: https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59. Acesso em: 6 abr. 2021.

NASCIMENTO, Gabriel. **Racismo Linguístico**: os subterrâneos da linguagem e do racismo. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

PETTER, Margarida. **Línguas africanas no Brasil**. Niterói, 2005.

PIETROFORTE, Antonio Vicente Seraphim; LOPES, Ivã Carlos. Semântica lexical In: FIORIN, José Luiz (org.). **Introdução à linguística II:** príncipios de análise. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-138.

PIEL, Joseph-Maria. Origens e estruturação histórica do léxico português. In: **Estudos de Linguística Histórica Galego-Portuguesa**, Lisboa: IN-CM, 1989 [1976], pp. 9-16.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia Das Letras, 2019.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise do discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. 22. ed. São Paulo: Cultrix, 2000.

SILVA, Vanessa Souza da; CYRANKA, Lúcia Furtado de Mendonça. **A língua portuguesa na escola ontem e hoje.** Brasília: Linhas Críticas, 2009, p. 271-287. vol. 15.

SOUZA, Neusa Santos. **Torna-se Negro,** ou, as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio Janeiro: Edição Graasal, 1983.

SOUZA, Carlos Henrique Medeiros de. **Metodologia da Pesquisa:** um guia prático, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia Das Letras, 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Introdução. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 21-41.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Teorias Raciais. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 403-409.

VIARO, Mário Eduardo. **Etimologia.** São Paulo: contexto, 2011.

XIMENES, Expedito Eloísio. Léxico e cultura: as influências sociais nas formas de nomeação. In: SILVA, Francisco Carlos Carvalho da; SILVA, Isaíde Bandeira da; TAHIM, Makarius Oliveira (Orgs.). **Sociedade, ciência e sertão:** reflexões sobre educação, história, cultura e tecnologias. Fortaleza: EDUECE, 2014.